

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 25 DE JANEIRO DE 2005

Ao vigésimo quinto dia do mês de Janeiro do ano dois mil e cinco, nesta cidade de Albufeira, no edifício dos Paços do Município e na sala de reuniões, realizou-se uma reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Albufeira, sob a presidência do seu Vice-Presidente, Senhor **José Carlos Martins Rolo**, achando-se presentes os Vereadores, Senhores **Paulo Jorge Apolónia Rodrigues Pescada**, **Vítor Manuel Clemente da Silva**, **Luís Manuel de Melo Joaquim Pinto** e **Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima**, tendo a Senhora Vereadora **Ana Maria Marques Simões Prisca Vidigal Silva** chegado às quinze horas e quinze minutos.-----

Não participou o Presidente, Senhor **Desidério Jorge da Silva**, que, conforme informação anteriormente prestada, se encontra em representação do Município na FITUR, em Madrid, e cuja falta a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, considerar justificada. -----

Ainda não estava presente a Senhora Vereadora Ana Vidigal. -----

Secretariou o Director de Departamento Municipal do Departamento de Administração e Finanças, **António João dos Reis Peixinho**. -----

Declarada aberta a reunião pelo Senhor Vice-Presidente, pelas quinze horas e cinco minutos, deu a Câmara início à apreciação dos assuntos constantes na Ordem do Dia e pela sequência nesta prevista, ou seja: -----

A - GENERALIDADES

= ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR =

Foi confirmada, por maioria dos presentes, a aprovação da acta da reunião realizada no dia dezoito de Janeiro de dois mil e cinco, a qual havia sido aprovada em minuta, após ter sido dispensada a respectiva leitura uma vez que uma cópia da mesma foi entregue aos Senhores membros do Órgão Executivo com a Ordem do Dia. -----

Votação: votaram no sentido da deliberação o Senhor Vice-Presidente e os Senhores Vereadores **Paulo Pescada**, **Vítor Clemente** e **Carlos Lima**; absteve-se o Senhor Vereador **Luís Pinto**, que declarou fazê-lo por não ter participado na reunião em causa.-----

Ainda não estava presente a Senhora Vereadora Ana Vidigal. -----

= AUDIÇÃO DO PÚBLICO =

- Anselmo Garvoa - residente na Urbanização Vale Mangude, dizendo apresentar-se desde logo para agradecer à Câmara Municipal o facto de ter sido limpo aquele bairro, solicitando ainda que tais trabalhos sejam realizados periodicamente, mais ou menos

de dois em dois meses. -----
Voltou a lembrar a falta de sinalização indicativa daquele espaço bem como de bocas de incêndio. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu que se vai providenciar no sentido da satisfação do solicitado na medida das possibilidades dos serviços. -----

O munícipe solicitou ainda informação sobre uma eventual previsão de intervenção na estrada Montechoro/Fontainhas uma vez que a entende não só como conveniente mas também como necessária. -----

O Senhor Vereador Paulo Pescada esclareceu que o projecto dessa intervenção está pronto, sendo previsível que a obra arranque ainda no corrente ano. -----

Finalmente o munícipe alertou para a existência, há muito tempo, de candeeiros de iluminação pública partidos na Rotunda das Palmeiras e na Avenida Infante Dom Henrique, a meio da descida, e, lamentou a sujidade em que disse encontrar-se o jardim existente perto do Edifício dos Paços do Município, nas traseiras dos CTT e da Caixa Agrícola. -----

O Senhor Vice-Presidente respondeu informando que as situações apontadas vão ser objecto de necessário tratamento. -----

Nesta altura dos trabalhos chegou a Senhora Vereadora Ana Vidigal, passando a tomar parte na reunião. -----

- Vasco Barreto - começou por referir não entender como, com uma Câmara com tantos funcionários, entre os quais vários fiscais, seja possível a cidade apresentar sinais tão degradantes como canteiros estragados, sinais de trânsito no chão e alterados nas suas intenções e publicidade comercial por todos os lados, dejectos de cães nas ruas e estacionamento caótico. -----

Sugeriu depois a colocação de uma placa indicativa de "Porto de Pesca" no acesso do Eixo Viário para a Rua do Ténis, evitando assim àqueles que pretendem aceder directamente ao porto de pesca a deslocação à zona da Marina; referiu que a GNR demorou uma hora a chegar a um acidente viário ocorrido no Pátio; salientou a melhoria da iluminação pública no Jardim Engenheiro Duarte Pacheco, mas criticou o facto de a zona da Central Eléctrica estar bem iluminada enquanto as zonas do Harry's Bar/Central Station estão praticamente às escuras; lamentou não ter sido atendida qualquer das sugestões constantes em relações que em tempos entregou à Câmara Municipal; chamou a atenção para o perigo que constitui para os peões que caminham pela Rua 5 de Outubro a forma como nela entram os automobilistas vindos da Rua da Igreja Matriz, sugerindo por isso a colocação de uma lombada de borracha nesta última

via, junto ao Café Bailote; finalmente lamentou que , apesar de lhe ter sido dito que a Rua Joaquim Manuel Mendonça Gouveia iria ser objecto de intervenção ao nível da iluminação pública, tal promessa ainda não ter sido cumprida. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu que as situações referidas vão ser objecto de análise e tratamento na medida em que tal se justificar. Quanto à iluminação da Rua Joaquim Manuel Mendonça Gouveia, o Senhor Vereador Paulo Pescada referiu que a realização dos trabalhos vai depender da intervenção POLIS que vier a ser definida para o local. -----

= RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA =

Tomou a Câmara conhecimento de que os saldos em dinheiro, segundo o Resumo Diário da Tesouraria do dia vinte e quatro de Janeiro de dois mil e cinco, eram das quantias de: -----

Operações Orçamentais - cinco milhões, duzentos e sessenta e nove mil, oitocentos e setenta e cinco euros e setenta e sete cêntimos. -----

Operações não Orçamentais - um milhão, cento e vinte e quatro mil, oitocentos e oitenta e oito euros e sete cêntimos.-----

= LEGISLAÇÃO =

Tomou a Câmara conhecimento, através de fotocópias distribuídas a cada um dos seus membros, do teor da **Portaria nº 42-A/2005**, de dezassete de Janeiro, que actualiza as remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional, actualizando os índices cem e as escalas salariais em vigor, bem como as tabelas de ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem e marcha e as pensões a cargo da Caixa Geral de Aposentações.-----

Foram ainda distribuídas cópias do anúncio da PolisAlbufeira - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A., publicado no Diário da República, III Série, número onze, de dezassete de Janeiro de dois mil e cinco, referente à abertura de procedimento com vista à adjudicação da empreitada de Tratamento e Valorização da Frente Urbana Poente, na Zona de Intervenção do Programa Polis em Albufeira. -----

= DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS OU SUBDELEGADAS E RELAÇÕES DE PAGAMENTOS =

Para cumprimento do disposto no número três, do artigo sexagésimo quinto, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, a **Câmara tomou conhecimento** das decisões proferidas pelo Presidente ou pelos Vereadores no uso de competências delegadas ou subdelegadas, as quais constam de

relações que foram apresentadas e que ficam arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

O conjunto incluía relações relativas a pagamentos autorizados e efectuados, com a finalidade de manter a Câmara Municipal inteirada da execução do Orçamento, competência que, sendo sua (alínea d. do número dois, do artigo sexagésimo quarto do diploma referido), se encontra delegada no Senhor Presidente e subdelegada nos Senhores Vereadores. -----

= INFORMAÇÕES =

Não foram prestadas nem solicitadas quaisquer informações. -----

**= PEDIDOS DE TRANSPORTE - DISPONIBILIZAÇÃO DOS TRANSPORTES
SOLICITADOS POR ASSOCIAÇÕES, CLUBES DESPORTIVOS E OUTRAS
INSTITUIÇÕES - PROPOSTA =**

Antes da discussão deste assunto, a Senhora Vereadora Ana Vidigal, com fundamento no facto de fazer parte dos órgãos sociais de uma das entidades solicitantes, nomeadamente, o Clube Desportivo e Cultural de Albufeira, e invocando o previsto na alínea a) do número um, do artigo quadragésimo quarto do Código do Procedimento Administrativo, suscitou a respectiva situação de impedimento. -----

Tendo o impedimento sido declarado, nas condições previstas no Código do Procedimento Administrativo, a Senhora Vereadora ausentou-se da sala. -----

Subscrita pelo Senhor Presidente foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Foi solicitado a esta Câmara Municipal transporte, pelas Associações e Outras Instituições, para a participação em diversas actividades culturais e desportivas. -----

Considerando: -----

a) Que, sempre que há disponibilidade, a Câmara Municipal concede os referidos transportes; -----

b) Que é competência indelegável da Câmara Municipal a atribuição de apoios às actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro; -----

c) A informação do Sr. Encarregado do Sector de Parque de Máquinas e Viaturas; -----

-----PROPONHO:-----

Que a digníssima Câmara Municipal disponibilize os transportes que abaixo se transcrevem. -----

ENTIDADE: SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO - Req.to n.º 2560 de 17.01.2005
ASSUNTO: Pedido de transporte para deslocação a FÁTIMA nos próximos dias 16 e 17 de Abril de 2005, para participar numa peregrinação. -----

ENTIDADE: JUVENTUDE DESPORTIVA DAS FONTAÍNHAS - Req.to n.º 2459 de 17.01.2005 -----

ASSUNTO: Pedido de transporte para deslocação a ALDEIA DAS AÇOTEIAS, no próximo dia 30 de Janeiro de 2005, para a participação no Campeonato Regional e Cross Internacional das Açoteias. -----

ENTIDADE: CLUBE BASQUETE DE ALBUFEIRA - Req.to n.º 2630 de 17.01.2005 -----

ASSUNTO: Pedido de transporte para deslocação a VILA REAL DE ST.O ANTÓNIO, no próximo dia 30 de Janeiro de 2005, para a participação no Campeonato Basquetebol Iniciadas. -----

ENTIDADE: GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DOS OLHOS DE ÁGUA - Req.to n.º 2536 de 17.01.2005-----

ASSUNTO: Pedido de transporte para deslocação a TAVIRA, no próximo dia 05 de Fevereiro de 2005, para a participação no Campeonato Distrital Seniores II Divisão. ----

ENTIDADE: GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DOS OLHOS DE ÁGUA - Req.to n.º 2535 de 17.01.2005-----

ASSUNTO: Pedido de transporte para deslocação a LOULÉ, no próximo dia 05 de Fevereiro de 2005, para a participação no Campeonato Distrital Iniciados. -----

ENTIDADE: GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DOS OLHOS DE ÁGUA - Req.to n.º 2538 de 17.01.2005-----

ASSUNTO: Pedido de transporte para deslocação a ARMAÇÃO DE PÊRA, no próximo dia 12 de Fevereiro de 2005, para a participação no Campeonato Distrital Seniores II Divisão. -----

ENTIDADE: GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DOS OLHOS DE ÁGUA - Req.to n.º 2688 de 18.01.2005-----

ASSUNTO: Pedido de transporte para deslocação a LOULÉ, no próximo dia 13 de Fevereiro de 2005, para a participação no Campeonato Distrital Juvenis.-----

ENTIDADE: FUTEBOL CLUBE DE FERREIRAS - Req.to n.º 353 de 04.01.2005-----

ASSUNTO: Pedido de transporte para deslocação a MONCHIQUE, no próximo dia 19 de Fevereiro de 2005, para a participação no Campeonato Distrital I Divisão Seniores. --

ENTIDADE: FUTEBOL CLUBE DE FERREIRAS - Req.to n.º 374 de 04.01.2005-----

ASSUNTO: Pedido de transporte para deslocação a CASTRO MARIM, no próximo dia 19 de Fevereiro de 2005, para a participação no Campeonato Distrital Infantis. -----

ENTIDADE: FUTEBOL CLUBE DE FERREIRAS - Req.to n.º 376 de 04.01.2005 -----

ASSUNTO: Pedido de transporte para deslocação a PADERNE, no próximo dia 19 de Fevereiro de 2005, para a participação no Campeonato Distrital Escolas B. -----

ENTIDADE: CLUBE DESPORTIVO E CULTURAL DE ALBUFEIRA - Req.to n.º 2436 de 14.01.2005-----

ASSUNTO: Pedido de transporte para deslocação a SAMORA CORREIA, no próximo dia 30 de Janeiro de 2005, para participação no Campeonato Nacional 2ª Divisão Andebol Juniores Masculinos. -----

ENTIDADE: CLUBE DESPORTIVO E CULTURAL DE ALBUFEIRA - Req.to n.º 2438 de 14.01.2005-----

ASSUNTO: Pedido de transporte para deslocação a TAVIRA, no próximo dia 13 de Fevereiro de 2005, para participação no Campeonato Nacional 2ª Divisão Andebol Juniores Masculinos. -----

ENTIDADE: BELLAVISTA DESPORTIVO CLUBE - Req.to n.º 2651 de 17.01.2005-----

ASSUNTO: Pedido de transporte para deslocação a LAGOA, no próximo dia 29 de Janeiro de 2005, para participação no Campeonato Distrital de Escolas B."-----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a proposta. -----

Não estava presente a Senhora Vereadora Ana Vidigal, que a seguir à votação regressou à sala. -----

**= PEDIDOS DE TRANSPORTE - DISPONIBILIZAÇÃO DO TRANSPORTE
SOLICITADO PELA ESCOLA BÁSICA DO 2º E 3º CICLOS, PROFESSORA
DIAMANTINA NEGRÃO, DE ALBUFEIRA - PROPOSTA =**

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento subscrito pelo Senhor Vice-Presidente, em dezassete de Janeiro do ano corrente, através do qual, invocando o previsto na alínea b) do número quatro do artigo sexagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, propõe que a Câmara Municipal autorize a disponibilização de transporte, para deslocação de sete alunos e um professor da Escola E.B. Dois, Três Professora Diamantina Negrão, a Lagos, no dia vinte e seis de Janeiro de dois mil e cinco, no âmbito do Desporto Escolar. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

**= PEDIDOS DE TRANSPORTE - DISPONIBILIZAÇÃO DO TRANSPORTE
SOLICITADO PELA ESCOLA BÁSICA DO 2º E 3º CICLOS, PROFESSORA
DIAMANTINA NEGRÃO, DE ALBUFEIRA - PROPOSTA =**

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento subscrito

pelo Senhor Vice-Presidente, em dezanove de Janeiro do ano corrente, através do qual, invocando o previsto na alínea b) do número quatro do artigo sexagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, propõe que a Câmara Municipal autorize a disponibilização de transporte, para deslocação de quarenta e uma pessoas da Escola E.B. Dois, Três Professora Diamantina Negrão, à praia da Galé, no dia vinte e seis de Janeiro de dois mil e cinco, no âmbito da actividade Coastwatch. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

**= PEDIDOS DE TRANSPORTE - ALTERAÇÃO DA DISPONIBILIZAÇÃO DO
TRANSPORTE SOLICITADO PELO FUTEBOL CLUBE DE FERREIRAS -
RATIFICAÇÃO DO DESPACHO PROFERIDO PELO VICE-PRESIDENTE DA
CÂMARA =**

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento contendo despacho proferido, na falta do Senhor Presidente da Câmara, pelo Senhor Vice-Presidente, em vinte de Janeiro corrente, através do qual, invocando o previsto na alínea b) do número quatro do artigo sexagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, autorizou a alteração do transporte já disponibilizado ao Futebol Clube de Ferreiras, para deslocação a Faro, no dia vinte e dois de Janeiro de dois mil e cinco, para o dia vinte e três de Janeiro, e, conforme o disposto no número três do artigo sexagésimo oitavo da mesma lei, remeteu aquele despacho para ratificação pela Câmara Municipal. -----

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Vice-Presidente. --

**= PEDIDOS DE TRANSPORTE - DISPONIBILIZAÇÃO DO TRANSPORTE
SOLICITADO PELA ESCOLA BÁSICA DO 2º E 3º CICLOS DR. FRANCISCO
CABRITA - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO PROFERIDO PELO VICE-PRESIDENTE
DA CÂMARA =**

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento contendo despacho proferido, na falta do Senhor Presidente da Câmara, pelo Senhor Vice-Presidente, em vinte e um de Janeiro corrente, através do qual, invocando o previsto na alínea b) do número quatro do artigo sexagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, autorizou a disponibilização de transporte, à Escola E.B. Dois, Três Dr. Francisco Cabrita, para deslocação aos Bombeiros Voluntários de Albufeira, no dia vinte e cinco de Janeiro de dois mil e cinco, no âmbito do Projecto PROSEPE, e, conforme o disposto no número três do artigo sexagésimo oitavo da mesma lei, remeteu aquele despacho para ratificação pela Câmara

Municipal.-----

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Vice-Presidente.--

**= PEDIDOS DE TRANSPORTE - ALTERAÇÃO DA DISPONIBILIZAÇÃO DO
TRANSPORTE SOLICITADO PELO PADERNENSE CLUBE - RATIFICAÇÃO DO
DESPACHO PROFERIDO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA =**

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo Senhor Presidente, em vinte e um de Janeiro corrente, através do qual, invocando o previsto na alínea b) do número quatro do artigo sexagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, autorizou a alteração do transporte já disponibilizado ao Padernense Clube, para deslocação a Tavira no dia vinte e dois de Janeiro de dois mil e cinco, para o dia vinte e três de Janeiro, e, conforme o disposto no número três do artigo sexagésimo oitavo da mesma lei, remeteu aquele despacho para ratificação pela Câmara Municipal.-----

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente. -----

**= CARNAVAL 2005 - AQUISIÇÃO E UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS DE
DESGASTE E DE TECIDOS DESTINADOS À CONFECÇÃO DE FATOS
CARNAVALESCOS - PROPOSTA =**

Subscrita pela Senhora Vereadora Ana Vidigal foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Considerando: -----

- A importância da participação no desfile de carnaval 2005 de todos os ATL's da responsabilidade da CMA, bem como das Creches de Ferreiras, Guia, Paderne, ATL e Infantário da Cooperativa da CMA; -----*
- Que tem sido prática deste executivo apoiar a participação das entidades acima mencionadas neste evento;-----*
- Que a preparação dos trajes exige o fornecimento atempado de materiais de desgaste e tecidos indispensáveis, para a realização do desfile de carnaval;-----*
- Que é fundamental manter a colaboração destas entidades de forma a manter a coerência e unidade do projecto que para este ano se elaborou - "A Família"; -----*

-----PROPONHO:-----

Que a Câmara Municipal delibere autorizar a aquisição de materiais de desgaste e tecidos destinados à confecção dos fatos carnavalescos, para as crianças das Creches de Ferreiras, Paderne, e ainda para os meninos do ATL e Infantário da Cooperativa da CMA, no valor de € 1.719,62 (mil setecentos e dezanove euros e sessenta e dois

cêntimos), assim como a utilização por parte da Creche da Guia dos materiais de desgaste e tecidos provenientes do ATL da Guia." -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

= PROTOCOLOS - APROVAÇÃO DOS PROTOCOLOS A CELEBRAR COM OS AGRUPAMENTOS DAS ESCOLAS EB 2,3 DE FERREIRAS, EB 2,3 MARTIM FERNANDES, EB 2,3 PROFESSORA DIAMANTINA NEGRÃO, EB 2,3 DE PADERNE E EB-1 ALBUFEIRA Nº 2 - JARDIM DE INFÂNCIA - PROPOSTA =

Subscrita pelo Senhor Vice-Presidente foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -

"Considerando que: -----

1. Os municípios dispõem de atribuições na área da educação Pré-Escolar e Ensino Básico, conforme o disposto no nº 1 do art. 13º da Lei 159/99, de 14 de Setembro; ---
2. Compete à Câmara Municipal, entre outras, a gestão, conservação e reparação dos estabelecimentos de educação pré - escolar e escolas do 1º ciclo do ensino básico;----
3. A Câmara Municipal pode compartilhar e apoiar os agrupamentos de escolas para estes adquirem e distribuírem, equitativamente, material de desgaste, bem como para procederem à aquisição de serviços, objectivando a satisfação de necessidades básicas dos alunos; -----
4. De acordo com o nº 4 do art. 14 do Decreto Regulamentar nº 12/2000, de 29/08, a Câmara Municipal de Albufeira pode celebrar Protocolos com o órgão de direcção executiva do agrupamento para as acções aludidas;-----
5. A referida verba foi devidamente cabimentada na classificação orgânica 05 06, classificação económica 04 08 02, no Projecto do Plano " outras", no montante de 81.080,00 € (oitenta e um mil e oitenta euros), afecta à Divisão de Educação. -----
6. A verba em causa foi calculada de acordo com o estabelecido em reunião entre a Câmara e os órgãos da Direcção Executiva dos Agrupamentos na qual foi definido que os valores a atribuir a cada aluno seriam de 22,00 € e de 60,00 € para cada aluno do pré - escolar. -----
7. O referido procedimento, independente do seu valor, carece de autorização da Câmara Municipal. -----

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Albufeira delibere aprovar a celebração dos Protocolos a seguir indicados, bem como os respectivos montantes:-----

Agrupamento EB 2,3 de Ferreira's 9.286,00 €-----

Agrupamento EB 2,3 Martin Fernandes 16.498,00 €-----

Agrupamento EB 2,3 Prof. Diamantina Negrão..... 19.370,00 €-----

Agrupamento EB 2,3 Ciclos de Paderne..... 9.006,00 €-----

Agrupamento EB 1 Albufeira nº 2 - Jardim Infância 26.920,00 €"-----

Esta proposta fazia-se acompanhar dos protocolos nela referidos, documentos que se dão por integralmente transcritos e dos quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta, podendo, em consequência, os protocolos serem outorgados e produzirem todos os seus efeitos. -----

= PROTOCOLOS - APROVAÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA E A COOPERATIVA DE CONSUMO E ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA, VISANDO A CONTINUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE APOIO SOCIAL, CULTURAL E RECREATIVO DOS ASSOCIADOS DA COOPERATIVA =

Foi apresentado o documento referido em título, cuja cláusula primeira estabelece como seu âmbito de aplicação a regulação entre as partes, com vista à continuação da prestação, pela cooperativa em causa, a todos os seus associados, de apoio social, cultural e recreativo, documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Constatou-se no mesmo documento serem obrigações do Município de Albufeira, para além da atribuição de uma comparticipação financeira, no montante de cem mil euros, ceder as instalações necessárias ao funcionamento dos serviços administrativos, bem como o equipamento que se encontra afecto à actividade da Cooperativa, disponibilizar trabalhadores autárquicos para colaborarem no normal funcionamento dos bares, cantinas e infantário, de acordo com imperiosas necessidades da Cooperativa e prestar apoio logístico e disponibilizar transportes, de acordo com as condições e meios, mediante pedido prévio da Cooperativa e decisão do Presidente da Câmara.-----

Foi deliberado, por unanimidade, concordando-se com os termos do protocolo, aprovar a referida minuta, podendo, em consequência, o mesmo ser outorgado e produzir todos os seus efeitos. -----

= I CONFERÊNCIA NACIONAL DO DIREITO DO TURISMO - COLABORAÇÃO DA CÂMARA NA REALIZAÇÃO DO EVENTO - PROPOSTA =

Subscrita pela Senhora Vereadora Ana Vidigal foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Em 20 de Janeiro de 2004 a Câmara Municipal de Albufeira deliberou a realização da I Conferência Nacional do Direito do Turismo. Devido a contingências por parte da Câmara Municipal de Albufeira (a realização do Seminário Lugar Marcado - Diálogos entre a Cultura e o Turismo - evento cujos temas tratados se enquadraram na área do

turismo), não foi possível a realização da conferência em apreço.-----
No entanto, mantém-se o grande interesse para o Município, como Capital do Turismo, assim como para a região, uma vez que é, por excelência, destino turístico de eleição. ---
Os temas a enunciar nesta I Conferência Nacional do Direito do Turismo, constam do seguinte: Políticas e Estratégias para o Turismo na União Europeia; Portugal e as estratégias políticas para o sector do Turismo; As instituições do Turismo - perspectiva crítica; Empreendimentos Turísticos - concepção, definição e enquadramento; Turismo no espaço rural; Turismo de natureza; O direito do consumidor ao lazer; Direito Real de Habitação Periódica; Contratos à distância de Serviços Turísticos; entre outros.-----

A conferência terá lugar no Auditório Municipal, nos próximos dias 14 e 15 de Março, no âmbito das Comemorações do Dia Internacional dos Direitos do Consumidor. Para além da presença de especialistas, serão convidados representantes de instituições regionais, como AHISA, AHETA, CIMAAL, RTA e Ordem dos Advogados.-----

Acresce o facto de, na sequência do acontecimento ímpar que foi o EURO 2004, recomenda que se passe em revista o que de mais relevante se perspectiva em particular a Carta de Direitos e Deveres dos Consumidores Turistas, esta conferência revestir-se de grande pertinência, tendo em consideração que a mesma visa essencialmente a reflexão sobre a protecção do Turista Consumidor. -----

A inscrição na I Conferência Nacional do Direito do Turismo, terá os seguintes valores: Estudantes universitários - € 25 (não se consideram os inscritos em mestrados, doutoramentos ou cursos de pós-graduação afectos a uma qualquer actividade económica); Profissionais em nome individual - € 75; Empresas/instituições: 1 pessoa - € 125; 2 pessoas - € 200; 3 pessoas: € 250 (ao valor anterior, e por cada pessoa mais, acresce € 50). O valor das inscrições reverterá a favor da Associação Portuguesa de Direito do Consumo a fim de custear os encargos de secretariado. A Câmara Municipal de Albufeira reserva-se o direito a 68 inscrições gratuitas para convidados do Município. -----

A deslocação e alojamento dos oradores, as refeições, beberetes e cafés, promoção e animação, perfaz um total aproximado de 12.783,20 Euros com IVA incluído. -----

Face ao exposto e tendo em consideração que: -----

- a) Existe interesse da Autarquia em promover a aquisição de conhecimentos na área do Consumo/Turismo;-----
- b) Dada a volubilidade da matéria em si, os Técnicos de Consumo desta Autarquia necessitam de permanente reciclagem de dados e actualização de conteúdos; -----

c) Sendo Albufeira anfitriã desta I Conferência Nacional do Direito do Turismo, acolheria especialistas de todo o país, o que contribui para valorizar a imagem do Município; -----

d) Que a alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro confere competência à Câmara Municipal para apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra; -----

e) Que a situação em causa se enquadra nesta previsão legal, -----

----- Proponho: -----

- que a Câmara Municipal delibere colaborar na realização da I CONFERÊNCIA NACIONAL DE DIREITO DO TURISMO, cujos encargos totalizam a importância de 12.783,20 com IVA incluído (Deslocação de oradores - € 3.264,00; estadia - € 1.549,20; beberetes - € 3.500,00; refeições - € 2.470,00; publicidade - € 2.000,00). " --

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

**= ENCONTRO REGIONAL EDUCAÇÃO DO CONSUMIDOR NA ESCOLA -
COLABORAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DESTE EVENTO - PROPOSTA =**

Subscrita pela Senhora Vereadora Ana Vidigal foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"No seguimento do convite do Instituto do Consumidor para a Câmara Municipal de Albufeira aderir como membro da Rede de Educação do Consumidor (RedeEC), foi proposta uma parceria para a organização de um encontro regional intitulado "Educação do Consumidor na Escola: Estratégias e Recursos". Nesta sequência foram efectuadas reuniões com representantes da RedeEC e a Vereadora responsável pelo pelouro de Defesa do Consumidor, tendo ficado acordado que o Auditório Municipal será o palco do referido evento no próximo dia 18 de Fevereiro, prevendo-se a adesão de cerca de 350 participantes. -----

O referido Encontro será dirigido a professores, educadores, técnicos das áreas do consumo, da saúde, da agricultura e do ambiente, pais e aberto ao público em geral. -----

Os temas a enunciar constam do seguinte: Painel 1 - Informar, Sensibilizar e Educar; Painel 2 Consumo Ético e Responsável numa Perspectiva de Sustentabilidade; Painel 3 - Saúde, Consumos e Estilos de Vida; e o Painel 4 - Experiências Pedagógicas de Educação do Consumidor. -----

Entre os prelectores, estarão representadas as seguintes entidades: Administração Regional de Saúde, Direcção Regional de Educação, Direcção Regional de Agricultura, Confederação Portuguesa de Associações de Pais, Universidade do Algarve, Delegação

Regional do Instituto de Droga e Toxicodependência, entre outros. -----

A previsão de despesas para a Câmara Municipal de Albufeira, que integra a publicidade, material para pastas e Auditório Municipal e almoço do dia 18 (para organização e prelectores), perfaz um total aproximado de 1.375,05 Euros com IVA incluído. -----

Face ao exposto e tendo em consideração que: -----

- a) Existe interesse da Autarquia em promover a aquisição de conhecimentos na área do Consumo/Educação/Saúde/Ambiente. Considerando prioritária a sensibilização para área dos direitos do consumidor educando também para o acto de consumir; -----*
- b) Dada a volubilidade da matéria em si, os Técnicos de Consumo desta Autarquia necessitam de permanente reciclagem de dados e actualização de conteúdos; -----*
- c) O trabalho já desenvolvido pelo Centro de Informação Autárquico ao Consumidor desta Autarquia na área da defesa/educação do consumidor, o facto de Albufeira ser anfitriã deste Encontro Regional, acolhendo especialistas de toda a região, irá contribuir para valorizar a imagem do Município neste contexto; -----*
- d) Que a alínea b) do nº 4 do art 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro confere competência à Câmara Municipal para apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra; -----*
- e) Que a situação em causa se enquadra nesta previsão legal, -----*

-----Proponho: -----

- que a Câmara Municipal delibere colaborar na organização conjunta do Encontro Regional EDUCAÇÃO DO CONSUMIDOR NA ESCOLA - Estratégias e Recursos da responsabilidade da Câmara Municipal de Albufeira, da Rede de Educação do Consumidor e da ECOTECA de Olhão, sendo que o mesmo significa um investimento total de € 1375,05 com IVA incluído (Publicidade e divulgação - € 487,01; Material para pastas e Auditório - € 348,04; Almoço do dia 18 (organização e conferencistas - € 540). -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

= CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO PARA O ANO 2005 - PEDIDO DE ADIANTAMENTO - CARTA DO IMORTAL DESPORTIVO CLUBE =

Do Imortal Desportivo Clube foi apresentada uma carta, com data de onze de Janeiro do ano corrente, pela qual solicita que lhe seja concedido um adiantamento, no montante de trinta mil euros, por conta do Contrato-Programa de Desenvolvimento

Desportivo a celebrar para o ano dois mil e cinco. -----

Foi deliberado, por unanimidade, disponibilizar a verba solicitada, a título de adiantamento relativamente ao contrato-programa a celebrar para o ano corrente.

= CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO PARA O ANO 2005 - PEDIDO DE ADIANTAMENTO - CARTA DA JUVENTUDE DESPORTIVA DAS FONTAÍNHAS =

Da Juventude Desportiva das Fontaínhas foi apresentada uma carta, com data de doze de Dezembro do ano transacto, pela qual solicita que lhe seja concedido um adiantamento, no montante de vinte mil euros, por conta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar para o ano dois mil e cinco.-----

Foi deliberado, por unanimidade, disponibilizar a verba solicitada, a título de adiantamento relativamente ao contrato-programa a celebrar para o ano corrente.

= CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO PARA O ANO 2005 - PEDIDO DE ADIANTAMENTO - CARTA DO PADERNENSE CLUBE =

Do Padernense Clube foi apresentada uma carta, com data de sete de Janeiro do ano corrente, pela qual solicita que lhe seja concedido um adiantamento, no montante de vinte e cinco mil euros, por conta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar para o ano dois mil e cinco. -----

Foi deliberado, por unanimidade, disponibilizar a verba solicitada, a título de adiantamento relativamente ao contrato-programa a celebrar para o ano corrente.

= PRÉDIO DEGRADADO - REALIZAÇÃO DE VISTORIA PARA DETERMINAÇÃO DAS OBRAS DE CONSERVAÇÃO NECESSÁRIAS À CORRECÇÃO DAS MÁS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA OU DE SALUBRIDADE - PROPOSTA =

Subscrita pelo Senhor Presidente foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Na sequência do requerimento apresentado pelo Dr. Nuno Serra, sobre o perigo de colapso de uma das paredes do apartamento C 25 sito na Rua Antero de Quental, em Albufeira. -----

E com base na comunicação do Ministério Público da Comarca de Albufeira que autorizou a descelagem do referido apartamento.-----

Propõe-se à respectiva Câmara que nos termos do art. 89º nº 2 e 90º do D.L. nº 555/99 de 16 de Dezembro, alterado pelo D.L. nº 177/2001 de 4 de Junho delibere mandar fazer vistoria com vista a determinar a execução de obras de conservação necessárias à correcção de más condições de segurança ou de salubridade. -----

Para o efeito, proponho a V. Ex.as que sejam nomeados os seguintes técnicos:-----

Arquitecto Victor Viegas -----

Engenheiro Manuel Bartolomeu Viegas -----

Técnico profissional de construção civil de 1ª classe Humberto José Dias Martins -----

Suplente Herlander Cabrita Coelho (Técnico Profissional de Construção Civil)-----

A determinação da realização da vistoria e respectivos fundamentos deve ser notificada ao proprietário do imóvel, por carta registada expedida com, pelo menos, sete (7) dias de antecedência." -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

= CORTA-MATO PARA DEFICIENTES - 15º CORTA-MATO NACIONAL DAS AMENDOEIRAS EM FLOR PARA DEFICIENTES, 9º CORTA-MATO INTERNACIONAL DAS AMENDOEIRAS EM FLOR PARA DEFICIENTES E 2º CORTA-MATO EUROPEU INAS-FID - APOIO À PARTICIPAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PARALISIA CEREBRAL (APPC) NO EVENTO - PROPOSTA =

Subscrita pela Senhora Vereadora Ana Vidigal foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Vai realizar nos próximos dias 29 e 30 de Janeiro de 2005, nas Açoteias o 15º Corta-Mato Nacional das Amendoeiras para Deficientes, o 2º Corta-Mato Europeu INAS-FID e o 9º Corta-Mato Internacional das Amendoeiras em Flor p/ Deficientes. -----

Considerando que: -----

- A organização deste evento permite a projecção do desporto para deficientes a nível nacional e internacional; -----*
- É competência indelegável da Câmara Municipal a atribuição de apoios às actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro; -----*
- É possível a atribuição de um subsídio no valor de €2500,00 (dois mil e quinhentos euros); -----*
- O valor do subsídio encontra-se devidamente cabimentado pela Divisão de Contabilidade (segue em anexo o cabimento). -----*

----- PROPONHO:-----

Que a digníssima Câmara Municipal delibere atribuir o subsídio financeiro no montante de €2500,00 (dois mil e quinhentos euros) ao Núcleo Regional de Faro da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral para a realização dos Corta-Mato acima referenciados." -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

B - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
= OBRAS MUNICIPAIS - EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE ACESSOS A
NASCENTE DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE FERREIRAS, INCLUINDO A
CONSTRUÇÃO SUPERIOR AO KM 307,64 DA LINHA SUL -
CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO DA PASSAGEM SUPERIOR - APROVAÇÃO DA
MINUTA DO CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO =

Relativamente a esta empreitada, adjudicada à empresa Igeco - Indústrias Gerais de Construção, Limitada, foi apresentada a minuta do respectivo contrato de adjudicação, uma cópia da qual fica arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a minuta. -----

= AUDIÇÃO DO PÚBLICO (CONTINUAÇÃO) =

- Francisco Verganista - solicitando informação quanto ao momento em que a Câmara Municipal irá dar início à resolução do processo de abastecimento de água ao empreendimento "Village Montechoro", que se prende com a não recepção das respectivas infraestruturas, situação que se arrasta há vários anos e que o próprio Senhor Presidente da Câmara entende ter que ser resolvida no imediato. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu que o munícipe irá ser convenientemente informado quanto à sua pretensão, no prazo de um mês. -----

O interessado solicitou ainda esclarecimentos quanto à evolução de um processo que se prende com uma exposição, que apresentou em Agosto de dois mil e quatro, relacionada com a cobrança, pelo Município, das tarifas de águas residuais relativamente a uma moradia, propriedade de uma sua filha, na Mouraria. -----

Esclareceu que a zona não é servida por rede pública de águas residuais e que, tendo solicitado um contador para a piscina e jardins, lhe têm vindo a ser cobradas tarifas relativas a um serviço de que não beneficia. -----

O Senhor Vice-Presidente esclareceu que a questão posta bem como outras estão a ser objecto da necessária análise, prevendo-se para breve uma alteração regulamentar e tarifária que tornarão mais justos os valores a pagar pelos consumidores. -----

= DÍVIDAS AO MUNICÍPIO - DÉBITO À TESOURARIA - INFORMAÇÃO =

Relacionada com este assunto e subscrita pela Chefe da Secção de Águas e Saneamento, foi apresentada uma informação do seguinte teor: -----

"Visando o cumprimento do estipulado no nº 2.6.2 do Pocal (Plano Oficial de Contas para as Autarquias Locais) aprovado pelo D.L. 54-A/99 de 22/02/99, sugiro a V. Exa. que

seja autorizado o débito de 415 facturas de consumos de água, não cobradas, ao Tesoureiro Municipal, constantes na relação que se anexa, no valor de € 70 815,34 (Setenta mil oitocentos e quinze euros e trinta e quatro cêntimos) no dia 25/01/05." ----

Esta informação acompanhava uma listagem, com trinta e uma folhas, contendo a relação dos documentos a debitar à tesouraria, documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação, determinar o débito à tesouraria dos documentos constantes na relação junta ao processo, para cobrança virtual. -----

**= EXECUÇÕES FISCAIS - PRESCRIÇÃO DAS DÍVIDAS RELATIVAS A
FACTURAS/RECIBOS DE CONSUMOS DE ÁGUA, REFERENTES AO ANO DE
1994 - INFORMAÇÃO =**

Relacionada com este assunto e subscrita pela Chefe da Secção de Execuções Fiscais, foi apresentada uma informação do seguinte teor: -----

"O n.º 1 do art.º 34.º do Código do Processo Tributário estabelece que as obrigações tributárias prescrevem no prazo de 10 anos, salvo se outro mais curto estiver fixado na lei. -----

O n.º 1 do art.º 48.º da Lei Geral Tributária, por sua vez, determina a prescrição das dívidas tributárias no prazo de oito anos. -----

Entre os vários processos para cobrança temos assim da conjugação das disposições referidas do C.P.T e da Lei Geral Tributária, e considerando ainda o art.º 5.º desta última, que ocorreu a prescrição das dívidas relativas ao ano de 1994. -----

Relativamente a este ano, são os seguintes, os montantes envolvidos conforme listas anexas e quadro resumo que se segue: -----

<i>Facturas / recibos de água</i>	<i>1994</i>
<i>Relação de corte emitida</i>	<i>€ 35.219,78</i>
<i>Pagamentos por conta</i>	<i>€ 203,62</i>
<i>Reclamados em processo judicial</i>	<i>€ 798,67</i>
<hr/>	
<i>Total facturas / recibos relativos a 1994</i>	<i>€ 36.222,07</i>
<i>Reclamados em processo judicial</i>	<i>€ -798,67</i>
<hr/>	
<i>Valor a prescrever</i>	<i>€ 35.423,40</i>

Das facturas / recibos de água relativas ao ano de 1994 no valor total de € 36.222,07, encontram-se reclamados em processo judicial € 798,67, pelo que o valor a prescrever é de € 35.423,40. -----

Face ao exposto, sugere-se que sejam consideradas prescritas as facturas/recibos de água, referentes ao ano de 1994, no valor de € 35.423,40.", informação esta que tinha obtido despacho, pelo Responsável pelo Serviço de Execuções Fiscais, nos seguintes termos: "Visto. Proceda-se nos termos legalmente previstos".-----

Esta informação fazia-se acompanhar de relações demonstrativas da situação constante na informação, das quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Foi tomado conhecimento. -----

C - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

= FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - CONCURSO LIMITADO PARA ADJUDICAÇÃO DO FORNECIMENTO CONTÍNUO DE PEIXE E OUTROS CONGELADOS PARA AS CANTINAS ESCOLARES DE ALBUFEIRA, GUIA, VALE PARRA, VALE RABELHO, CALIÇOS, CERRO DO OURO, FONTAÍNHAS, VALE CARRO, OLHOS DE ÁGUA, BREJOS, FERREIRAS, CORREEIRA E JARDIM DE INFÂNCIA DE ALBUFEIRA, ATÉ AO LIMITE DE 50.000,00 EUROS + IVA - ADJUDICAÇÃO - DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA =

Relativamente a este fornecimento foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo Senhor Vice-Presidente, em vinte de Janeiro do ano corrente, que determinou que o mesmo fosse adjudicado aos concorrentes Francisco José Vicente, até ao limite de quarenta mil euros mais IVA, e Dagoberto Fernandes Rodrigues, até ao limite de dez mil euros mais IVA. -----

Foi tomado conhecimento. -----

= VISITAS DE ESTUDO - APROVAÇÃO DO MAPA DAS VISITAS DE ESTUDO A REALIZAR DURANTE O MÊS DE FEVEREIRO DE 2005 - PROPOSTA =

Subscrita pelo Senhor Vice-Presidente foi apresentada uma proposta do seguinte teor:
"Na sequência da recepção dos vários pedidos de transporte das Escolas Básicas dos 2.º e 3.º Ciclos e Escola Secundária deste Concelho foi elaborado, pela Divisão de Educação conjuntamente com o Sector de Transportes e Viaturas, o mapa das visitas de estudo possíveis de realizar durante o mês de Fevereiro de 2005. -----

Considerando que:-----

1. O mapa das visitas de estudo foi elaborado de acordo com a disponibilidade do sector de transporte e viaturas; -----

2. De acordo com o disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/02, de 11 de Janeiro, confere a competência à Câmara Municipal, para apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;-----

3. A situação em causa se enquadra nesta previsão legal; -----

-----PROPONHO-----

Que a digníssima Câmara Municipal delibere aprovar o mapa de visitas de estudo a realizar durante o mês de Fevereiro de 2005."-----

Esta proposta fazia-se acompanhar do mapa de visitas de estudo nela referido, do qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

= AUXÍLIOS ECONÓMICOS - REGULARIZAÇÃO DAS SENHAS DE REFEIÇÃO EM DÍVIDA, REFERENTES A QUATRO CRIANÇAS DA ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DOS CALIÇOS E ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS - INFORMAÇÃO =

Relacionada com este assunto e com origem na Divisão dos Assuntos Sociais, foi apresentada uma informação, que se dá por integralmente transcrita e da qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião, e que, em conclusão, refere o seguinte: -----

"Face ao exposto, sugere-se que seja concedido o perdão das dívidas das senhas de refeição destas crianças, bem como, a atribuição de Auxílio Económico do Tipo A, sendo necessário para o efeito, cabimentar-se 386,80 €uros para posterior pagamento ao Agrupamento de Escolas da EB1, nº 2 de Albufeira - Caliços (4 crianças x 96,70 €uros)."-----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta e nos termos da informação, conceder o perdão das dívidas bem como a atribuição do subsídio escolar do tipo A, autorizando-se, em consequência, a realização das inerentes despesas, tudo conforme sugerido. -----

= AUXÍLIOS ECONÓMICOS - REGULARIZAÇÃO DAS SENHAS DE REFEIÇÃO EM DÍVIDA, REFERENTE A UMA CRIANÇA DA ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DOS CALIÇOS E ATRIBUIÇÃO DE ALMOÇO GRATUITO - INFORMAÇÃO =

Relacionada com este assunto e com origem na Divisão dos Assuntos Sociais, foi apresentada uma informação, que se dá por integralmente transcrita e da qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião, e que, em

conclusão, refere o seguinte: -----

"Após a análise das carências deste agregado familiar, em anexo, sugere-se caso seja esse o entendimento de Vossa Ex.^a que lhe sejam perdoadas as respectivas dívidas das senhas, bem como, a concessão do almoço gratuito a essa criança. -----

Uma vez que esta nova análise, permite a concessão de almoço gratuito a esta criança e pelo facto de neste agregado existir também uma irmã que frequenta a mesma escola, no caso a Catarina Filipa Nobre Batista, solicita-se também para esta criança, a concessão de almoço gratuito."-----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta e nos termos da informação, conceder o perdão da dívida, autorizando-se o fornecimento dos almoços gratuitos, tudo conforme sugerido. -----

**= AUXÍLIOS ECONÓMICOS - ATRIBUIÇÃO, A TÍTULO EXCEPCIONAL, DE
AUXÍLIOS ECONÓMICOS A CRIANÇAS CARENCIADAS DAS ESCOLAS DO 1º
CICLO - INFORMAÇÃO =**

Relacionada com este assunto e com origem na Divisão dos Assuntos Sociais, foi apresentada uma informação, que se dá por integralmente transcrita e da qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião, e que, em conclusão, refere o seguinte: -----

"Face ao exposto, caso seja aceite a título excepcional a atribuição dos Auxílios Económicos propostos, referente às crianças supracitadas, submete-se para aprovação da Ex.ma Câmara a aceitação da atribuição de Escalão do Tipo A, a estas cinco crianças, pelo que será necessário cabimentar-se 386,30 €uros (96,70 € x 3 crianças = 290,10 € + 96,20 € = 386,30 €, pois no que respeita à Thawan e Thaynan Sousa apenas será necessário atribuir mais 96,20 €uros pois já tinha sido atribuído a estas duas crianças, na Reunião de 21 de Setembro, Auxílio Económico do Tipo B)."-----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta a informação e nos termos da mesma, conceder, a título excepcional, a atribuição dos subsídios escolares do tipo A, autorizando-se, em consequência, a realização das inerentes despesas, tudo conforme sugerido. -----

**= AUXÍLIOS ECONÓMICOS - CANDIDATURAS INDEFERIDAS
- INFORMAÇÃO =**

Este assunto não foi apreciado, tendo sido consensualmente retirado para melhor instrução. -----

<p>D - GABINETE DE APOIO JURÍDICO E CONTENCIOSO = INDEMNIZAÇÃO - RECLAMAÇÃO DE MANUEL SALVADOR</p>

BATISTA COELHO =

Relacionado com o processo de sinistro aberto em consequência da reclamação referida em título, foi agora novamente apresentado o processo, instruído com uma informação, com origem no Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso, do seguinte teor:-----

"No âmbito do processo em epígrafe referenciado deliberou a Câmara Municipal de Albufeira, em reunião de 21 de Dezembro de 2004, a intenção de negar provimento à reclamação apresentada. -----

Assim sendo, foi o reclamante notificado, por ofício datado de 23 de Dezembro, do teor da deliberação supra referida e nos termos do disposto nos artigos 8º, 100º e seguintes do C.P.A. foi-lhe concedido o prazo de 10 dias, para, por escrito dizer o que se lhe oferecesse sobre o assunto. -----

Decorrido o prazo sem que o reclamante se tenha pronunciado, sugere este Gabinete que se delibere no sentido de, definitivamente, se negar provimento à reclamação apresentada. -----

É o que cumpre informar, remetendo-se o assunto à consideração superior." -----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação, negar provimento à reclamação apresentada com os fundamentos que estribaram a deliberação de vinte e um de Dezembro de dois mil e quatro.-----

= INDEMNIZAÇÃO - RECLAMAÇÃO DE LÍDIA MARIA NOBRE P. PEREIRA =

Relacionado com o processo de sinistro aberto em consequência da reclamação referida em título, foi agora novamente apresentado o processo, instruído com uma informação, com origem no Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso, do seguinte teor:-----

"No âmbito do processo em epígrafe referenciado deliberou a Câmara Municipal de Albufeira em reunião de 21 de Dezembro de 2004, a intenção de negar provimento à reclamação apresentada. -----

Assim sendo, foi a reclamante notificada por ofício datado de 23 de Dezembro, do teor da deliberação supra referida e nos termos do disposto nos artigos 8º, 100º e seguintes do C.P.A., foi-lhe concedido o prazo de 10 dias, para, por escrito dizer o que se lhe oferecesse sobre o assunto. -----

Decorrido o prazo sem que a reclamante se tenha pronunciado, sugere este Gabinete que se delibere no sentido de, definitivamente, se negar provimento à reclamação apresentada. -----

É o que cumpre informar, remetendo-se o assunto à consideração superior." -----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação, negar provimento à reclamação apresentada com os fundamentos que estribaram a

deliberação de vinte e um de Dezembro de dois mil e quatro. -----

**= INDEMNIZAÇÃO - RECLAMAÇÃO DE MARIA DE LOURDES ALMEIDA
MARTINS CABEÇO LOURENÇO BERNARDES =**

De Maria de Lourdes Almeida Martins Cabeço Lourenço Bernardes foi apresentada uma carta, pela qual solicita o pagamento de uma indemnização pelos danos que alegadamente lhe foram causados em consequência de uma queda na calçada, junto ao estacionamento do Centro Comercial Modelo, em Albufeira. -----

Esta carta encontrava-se instruída com uma informação, com origem no Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso, que aqui se dá por integralmente transcrita e da qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião, e que, em conclusão, refere o seguinte: -----

"Face ao exposto, em meu entender a digníssima câmara deveria deliberar indemnizar a reclamante, pelos danos sofridos, no valor de € 2.164,10 (dois mil cento e sessenta e quatro euros e dez cêntimos)." -----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação e nos termos da mesma, autorizar a realização da despesa, no montante de dois mil, cento e sessenta e quatro euros e dez cêntimos, a título de indemnização à lesada. Mais se deliberou remeter o processo à Companhia de Seguros Allianz para ressarcimento do Município relativamente à despesa agora realizada. -----

**= CORTE DE ÁRVORES - CARTA DA EMPRESA BALAIA SOL - APARTAMENTOS
TURÍSTICOS, LIMITADA =**

Da empresa Balaia Sol - Apartamentos Turísticos, Limitada, foi apresentada uma carta, com data de dois de Julho de dois mil e quatro, pela qual reclama a existência de eucaliptos de grande porte, junto à extrema do lado Poente da Quinta da Balaia, em Albufeira, que estão a causar danos e prejuízos decorrentes do desprendimento e queda de ramos e folhas sobre os telhados. -----

Esta carta encontrava-se instruída com uma informação, com origem no Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso, que se dá por integralmente transcrita e da qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião, e que, em conclusão, refere o seguinte: -----

"Nestes termos, promove-se que a presente questão seja submetida à douta apreciação da digníssima Câmara, tendente a que seja deliberado, se assim o entender, que o proprietário do terreno no qual os aludidos eucaliptos se encontram, sito na "Quinta da Balaia", Albufeira, seja notificado para proceder à limpeza e manutenção daquele, como seja, designadamente, efectuando a limpeza das folhas e ramagem que pendem para a

via pública, corte das pernadas e ramagem secas, entre outras medidas, cuja adopção se evidencie necessária e adequada para a reposição do terreno em condições higiénicas, condignas e salubres, por forma a evitar o perpetuar dos presentes danos. --- Caso delibere no sentido supra mencionado, promove-se, ainda, que a Digníssima Câmara fixe prazo para o efeito, afigurando-se-nos suficiente um período de 15 (quinze) dias. --- Deverá, ainda, ser dado cumprimento ao disposto nos artºs. 8º. e 100º. do Código de Procedimento Administrativo, concedendo-se ao infractor o prazo de 10 (dez) dias para se pronunciar sobre o teor da deliberação camarária."-----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação, manifestar a intenção de mandar proceder nos precisos termos do sugerido, fixando-se um prazo de quinze dias para a realização dos trabalhos. -----

Mais se deliberou, ainda conforme o sugerido na informação, conceder ao interessado um prazo de dez dias para audiência prévia (artigos oitavo, centésimo e seguintes do Código do Procedimento Administrativo).-----

E - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

= OBRAS MUNICIPAIS - EMPREITADA DE CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO DA REMODELAÇÃO DA ETAR DE VALE FARO, SISTEMA ELEVATÓRIO DA BALAIÁ, REMODELAÇÃO DA ETAR DE FERREIRAS, NO ÂMBITO DO PROJECTO FINANCIADO PELO FUNDO DE COESÃO - TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO EXTRAJUDICIAL NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 59/99, DE 2 DE MARÇO - INFORMAÇÃO =

Relacionada com esta empreitada e subscrita pelo Chefe da Divisão de Águas Residuais e Pluviais, foi apresentada uma informação do seguinte teor: -----

"A empreitada de Remodelação da ETAR de Vale Faro, Sistema elevatório da Balaia, Remodelação da ETAR de Ferreiras foi adjudicada ao consórcio composto pelas empresas Bento Pedroso Construções, S.A., Pridesa, S.A. e Hidralgar, Lda. -----

Em reunião de Câmara de 15 de Junho de 2004 foi deliberado indeferir o pedido de indemnização apresentado pelo consórcio empreiteiro a coberto da carta refª ACB/023/02, bem como informar o mesmo de que não se aceita a solução de dirimir a reclamação em causa através de Tribunal Arbitral. -----

Em 26 de Outubro do presente ano deu entrada no serviço de expediente deste Município um ofício deste consórcio com uma minuta para requerimento de outorga de Compromisso Arbitral nos termos dos artºs 180º, nº 1 a), 181º e 182º do Código do Processo dos Tribunais Administrativos (CPTA). -----

Em reunião de Câmara de 30 de Novembro de 2004 foi deliberado informar novamente

o consórcio de que não se aceita a solução de dirimir a reclamação através de Tribunal Arbitral. -----

O Decreto Lei 59/99 de 2 de Março refere o seguinte: -----

Artº 254 - Forma de Processo -----

- 1. Revestirão a forma de acção as questões submetidas ao julgamento dos tribunais administrativos sobre interpretação, validade ou execução do contrato. -----*
- 2. As acções serão propostas ao Tribunal administrativo do círculo competente. -----*

Artº 260. - Tentativa de conciliação -----

- 1. As acções a que se refere o artigo 254.º deverão ser precedidas de tentativa de conciliação extrajudicial perante uma comissão composta por um representante de cada uma das partes e presidida pelo presidente do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes ou pelo membro qualificado do mesmo Conselho que aquele, para o efeito, designar. -----*
- 2. Os representantes das partes deverão ter qualificação técnica ou experiência profissional adequada no domínio relativo às empreitadas de obras públicas. -----*

Assim, em 16/12/2004, requereu o consórcio ao Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes a marcação de uma tentativa de conciliação extra-judicial, designando como seu representante o Sr. Engº António Carvalho Barra. -----

Deu entrada nos serviços de expediente deste Município em 30/12/2004 um ofício refª 3248 do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes a indicar o Conselheiro Engº José Inácio dos Santos de Sousa Guerreiro para presidir à Comissão de Conciliação extrajudicial e a solicitar a indicação do representante legal deste Município. -----

Sugere-se então à Exmª Câmara a indicação a esta entidade do Engº José Custódio Gracias Fernandes como representante legal a integrar a Comissão de Conciliação, com domicílio profissional em Município de Albufeira, Rua do Município 8200-863 Albufeira Telem. 96 565 47 55. -----

Sugere-se ainda que seja enviada à mesma entidade cópia da informação destes serviços (em nexos) aonde consta a análise do pedido de indemnização efectuado pela empresa responsável pela fiscalização da empreitada, ROMAN S.A. e a qual não teve qualquer apreciação por parte do consórcio, nem consta dos elementos fornecidos por este ao Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes."-----

Foi deliberado, por unanimidade, mandar proceder nos precisos termos do sugerido na informação, quer quanto à designação do representante do Município, quer no que se refere ao envio da cópia da informação. -----

= OBRAS MUNICIPAIS - EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO DE CAMINHOS AGRÍCOLAS E RURAIS NO CONCELHO DE ALBUFEIRA - EXECUÇÃO DO CAMINHO RURAL DO PINHAL - RECEPÇÃO PROVISÓRIA =

Relativamente a esta empreitada, executada pela empresa José de Sousa Barra & Filhos, Limitada, foi apresentado o auto de recepção provisória, elaborado em dez de Janeiro do ano corrente, pelo qual se constata que todos os trabalhos se encontram em satisfatório estado de conservação e execução, razão porque a obra é considerada em condições de ser recebida provisoriamente. -----

Foi tomado conhecimento. -----

= OBRAS MUNICIPAIS - EMPREITADA DE ALARGAMENTO E RECTIFICAÇÃO DA EM-526 - 2º TROÇO PRAÇA DE TOUROS/PATÃ DE BAIXO - RECEPÇÃO DEFINITIVA =

Relativamente a esta empreitada, executada pela empresa Obrecol - Obras e Construções, S.A., foi apresentado o auto de recepção definitiva, elaborado em doze de Janeiro do ano corrente, pelo qual se constata que todos os trabalhos se encontram em satisfatório estado de conservação e execução, razão porque a obra é considerada em condições de ser recebida definitivamente. -----

Foi tomado conhecimento. -----

= OBRAS MUNICIPAIS - EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO DE RUAS, ESTRADAS E CAMINHOS - PAVIMENTAÇÃO DE UM TROÇO NO SÍTIO DE ALFARROBEIRAS COM INÍCIO NA E.N. 395 JUNTO À PONTE DA VIA DO INFANTE ATÉ AO LIMITE DO NÚCLEO HABITACIONAL - ABERTURA DE PROCEDIMENTO - DESPACHO DO VEREADOR PAULO PESCARDA =

Relacionado com esta empreitada foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo Senhor Vereador Paulo Pescada, em onze de Janeiro do ano corrente, que determinou a abertura de procedimento, por ajuste directo, com vista à adjudicação (Preço Base de vinte e um mil, trezentos e noventa e seis euros e oitenta cêntimos mais IVA). -----

Foi tomado conhecimento. -----

= OBRAS MUNICIPAIS - EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO DE RUAS, ESTRADAS E CAMINHOS - PAVIMENTAÇÃO DA RUA DOS JACARANDÁS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO - DESPACHO DO VEREADOR PAULO PESCARDA =

Relacionado com esta empreitada foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo Senhor Vereador Paulo Pescada, em onze de Janeiro do ano corrente, que determinou a abertura de procedimento, por ajuste directo, com vista à

adjudicação (Preço Base de sete mil, quatrocentos e cinquenta e três euros e doze cêntimos mais IVA). -----

Foi tomado conhecimento. -----

= OBRAS MUNICIPAIS - EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO DE RUAS, ESTRADAS E CAMINHOS - REPAVIMENTAÇÃO DA URBANIZAÇÃO DA QUINTA DO POÇO - ABERTURA DE PROCEDIMENTO - DESPACHO DO VEREADOR PAULO PESCARDA =

Relacionado com esta empreitada foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo Senhor Vereador Paulo Pescada, em treze de Janeiro do ano corrente, que determinou a abertura de procedimento, por concurso limitado sem publicação de anúncio, com vista à adjudicação (Preço Base de quarenta e oito mil, oitocentos e oitenta e sete euros e vinte e dois cêntimos mais IVA). -----

Foi tomado conhecimento. -----

= OBRAS MUNICIPAIS - EMPREITADA DE EXECUÇÃO, LEVANTAMENTO E REPOSIÇÃO DE PASSEIOS EM DIVERSAS ZONAS DO CONCELHO - EXECUÇÃO DE PASSEIO EM CALÇADA NO CM-1286, NO MONTECHORO - ADJUDICAÇÃO - DESPACHO DO VEREADOR PAULO PESCARDA =

Relacionado com esta empreitada foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo Senhor Vereador Paulo Pescada, em onze de Janeiro do ano corrente, que determinou que a mesma fosse adjudicada à empresa Sanalgar, Limitada, pelo valor de doze mil, novecentos e cinquenta e sete euros mais IVA. -----

Foi tomado conhecimento. -----

= FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - ELABORAÇÃO DE UM CADERNO DE ENCARGOS PARA A REABILITAÇÃO DA PONTE BARÃO - ADJUDICAÇÃO - DESPACHO DO VEREADOR PAULO PESCARDA =

Relacionado com este serviço foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo Senhor Vereador Paulo Pescada, em treze de Janeiro do ano corrente, que determinou que o mesmo fosse adjudicado à empresa ISQ - Instituto de Soldadura e Qualidade, pelo valor de dois mil e oitocentos euros mais IVA. -----

Foi tomado conhecimento. -----

= FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - EXECUÇÃO DO PROJECTO DO CAMINHO DAS SESMARIAS - ADJUDICAÇÃO - DESPACHO DO VEREADOR PAULO PESCARDA =

Relacionado com este serviço foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo Senhor Vereador Paulo Pescada, em treze de Janeiro do ano corrente,

que determinou que o mesmo fosse adjudicado à empresa Prospectiva, Limitada, pelo valor de onze mil, quinhentos e setenta e oito euros mais IVA. -----

Foi tomado conhecimento. -----

= FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - EXECUÇÃO DO PROJECTO DO CAMINHO DO JOINAL - ADJUDICAÇÃO - DESPACHO DO VEREADOR PAULO PESCARDA =

Relacionado com este serviço foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo Senhor Vereador Paulo Pescada, em treze de Janeiro do ano corrente, que determinou que o mesmo fosse adjudicado à empresa Prospectiva, Limitada, pelo valor de onze mil, cento e quarenta euros mais IVA. -----

Foi tomado conhecimento. -----

= FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - AQUISIÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL - FORNECIMENTO E MONTAGEM DE RAILS DUPLOS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO - DESPACHO DO VEREADOR PAULO PESCARDA =

Relacionado com este fornecimento foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo Senhor Vereador Paulo Pescada, em dezassete de Janeiro do ano corrente, que determinou a abertura de procedimento, por consulta prévia a cinco entidades, com vista à adjudicação (Preço Base de trinta mil euros mais IVA). -----

Foi tomado conhecimento. -----

= FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS DA RUA DE ACESSO À ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE FERREIRAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO - DESPACHO DO VEREADOR PAULO PESCARDA =

Relacionado com este serviço foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo Senhor Vereador Paulo Pescada, em dezassete de Janeiro do ano corrente, que determinou a abertura de procedimento, por consulta prévia a três entidades, com vista à adjudicação (Preço Base de dezoito mil euros mais IVA). -----

Foi tomado conhecimento. -----

= FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - FORNECIMENTO CONTÍNUO DE MATERIAIS EM FERRO FUNDIDO A APLICAR NA REMODELAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - ADJUDICAÇÃO - DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA =

Relacionado com este fornecimento foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo Senhor Vice-Presidente, em dez de Janeiro do ano corrente, que

determinou que o mesmo fosse adjudicado às empresas constantes no anexo IV, até ao limite de setenta e quatro mil e oitocentos euros mais IVA.-----

Foi tomado conhecimento.-----

= FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - ADAPTAÇÃO, EXPLORAÇÃO E GESTÃO DE CENTRAIS DE RECEÇÃO E MONITORIZAÇÃO DE ALARMES DE INTRUSÃO, BEM COMO ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE SISTEMAS DE ANTI-INTRUSÃO COM VIGILÂNCIA ACTIVA EXISTENTES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E ESTRUTURAS DE APOIO, NO CONCELHO DE ALBUFEIRA - ADJUDICAÇÃO - DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA =

Relacionado com este fornecimento foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo Senhor Vice-Presidente, em dezasseis de Janeiro do ano corrente, que determinou que o mesmo fosse adjudicado à empresa Prosecom - Protecção, Segurança e Comunicações, Limitada, pelo valor global de vinte e cinco mil, quatrocentos e sessenta e dois euros mais IVA. -----

Foi tomado conhecimento.-----

= FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS DAS ETAR DO CONCELHO - ADJUDICAÇÃO - ABERTURA DE PROCEDIMENTO - DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA =

Relacionado com este serviço foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo Senhor Vice-Presidente, em dezassete de Janeiro do ano corrente, que determinou a abertura de procedimento, por consulta prévia a cinco entidades, com vista à adjudicação (Preço Base de quarenta e nove mil euros mais IVA).-----

Foi tomado conhecimento.-----

= FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE ANÁLISES QUÍMICAS AOS AFLUENTES E EFLUENTES DAS ETAR DO CONCELHO - ADJUDICAÇÃO - DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA =

Relacionado com este serviço foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo Senhor Vice-Presidente, em catorze de Janeiro do ano corrente, que determinou que o mesmo fosse adjudicado à empresa Aqualab - Laboratório Clínico e de Saúde Pública, Limitada, pelo valor de nove mil, seiscentos e vinte e oito euros e treze cêntimos mais IVA. -----

Foi tomado conhecimento.-----

= FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE

**HIGIENE URBANA NO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA - REQUERIMENTO DO
CONSÓRCIO CONSTITUÍDO PELAS EMPRESAS IRMÃOS CAVACO, S.A. E
ECOAMBIENTE - CONSULTORES DE ENGENHARIA, GESTÃO E PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, LIMITADA =**

Do consórcio constituído pelas empresas Irmãos Cavaco, S.A., e Ecoambiente - Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, Limitada, adjudicatário desta prestação de serviços, foi apresentado um requerimento, com data de seis de Janeiro do ano corrente, pelo qual solicita a cessão da posição contratual a um ACE constituído pelas mesmas empresas. -----

Este requerimento encontrava-se instruído com um parecer, com origem no Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso, do seguinte teor: -----

"No âmbito do supra referido concurso público e já deliberada a adjudicação definitiva do referido fornecimento às empresas Irmãos Cavaco S.A. e Ecoambiente - Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços Lda., agrupadas em consórcio externo, vêm as adjudicatárias requerer a cessão de posição contratual a um ACE constituído pelas mesmas. -----

Assim, e adiantando desde já, não podemos deixar de emitir parecer desfavorável à pretensão dos requerentes. Se não vejamos: -----

Salvo o devido respeito, não podemos deixar de discordar com o entendimento veiculado pelas empresas, segundo as quais "nada na lei ou no Programa de Concurso impede a cedência da posição contratual (que se inicia com a apresentação das propostas) ocorra após a adjudicação e antes do contrato". -----

Efectivamente, na esteira do que o art.º 424º do Código Civil dispõe, a cessão da posição contratual caracteriza-se pela existência de dois contratos, de um lado, o contrato base em que as partes acordam prestações sinalagmáticas, do outro, o contrato instrumento em que um dos outorgantes daquele contrato sinalagmático transmite a terceiro, e com consentimento de outro contraente, o complexo de direitos e obrigações que lhe advieram daquele contrato. -----

É portanto, o contrato pelo qual qualquer dos contraentes, num contrato com prestações recíprocas (contrato sinalagmático), transmite a um terceiro a sua posição contratual. -----

Nesta conformidade, estabelece o n.º 1, do art.º 68º, do D.L.197/99 de 8 de Junho, que a cessão da posição contratual terá lugar "no decurso da execução do contrato". -----

É nosso entendimento porém, que no caso sub judice, não havendo sequer um contrato, a empresa adjudicante, que detém apenas uma mera expectativa jurídica na celebração

*do contrato, não sendo outorgante do mesmo, não detém qualquer posição contratual. ---
Não há no caso sub júdice qualquer contrato, que possa servir de base a um novo
contrato de cessão da posição contratual. -----
Pelo que, face ao exposto, é nosso parecer dever ser indeferido o requerido pelas
empresas adjudicatárias." -----*

**Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o parecer jurídico e nos termos
do mesmo, manifestar a intenção de indeferir o pedido. -----**

**Assim, para cumprimento do estabelecido nos artigos oitavo, centésimo e seguintes
do Código do Procedimento Administrativo, é concedido ao consórcio requerente um
prazo de dez dias, para, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre tal
intenção. -----**

F - DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E PROJECTOS

= OBRAS MUNICIPAIS - CONCURSO PUBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE EXECUÇÃO DO PAVILHÃO DESPORTIVO NO RECINTO DA ESCOLA E.B. 2,3 DE PADERNE E REQUALIFICAÇÃO PAISAGÍSTICA DOS ESPAÇOS ENVOLVENTES - ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO =

Relativamente a este concurso, foi novamente apresentado o processo, instruído com
uma informação subscrita pela Chefe da Secção de Apoio a Fornecimentos e Obras
Municipais, do seguinte teor:-----

*"Na sequência da realização do Concurso Público referido em título, por deliberação
camarária adoptada em reunião de 04/01/2005 foi concedido aos concorrentes o prazo
de 10 dias para se pronunciarem sobre a intenção de adjudicar a empreitada à empresa
José Coutinho, SA, pelo valor de 1.110.407,78 €, acrescido de IVA, com um prazo de
execução de 180 dias. -----*

*Em cumprimento daquela deliberação, foi enviado a todos os concorrentes, em
05/01/2005, Fax's, comunicando o seu teor, sobre o qual não deu entrada nesta Secção
qualquer reclamação. -----*

*Assim, estão reunidas as condições para adjudicação definitiva da empreitada de
"Execução do Pavilhão Desportivo no Recinto da Escola EB 2,3 de Paderne e
Requalificação Paisagística dos Espaços Envolventes" à empresa José Coutinho, SA,
pelo valor de 1.110.407,78 € (um milhão cento e dez mil quatrocentos e sete euros e
setenta e oito cêntimos), a que deverá acrescer o IVA à taxa legal em vigor, com um
prazo de execução de 180 dias, nas condições da sua proposta, do caderno de encargos
e do projecto, elementos estes que deverão ficar a fazer parte integrante do contrato*

de empreitada a celebrar."-----

Do processo constava ainda a minuta do contrato de adjudicação, uma cópia da qual fica arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.-----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação, adjudicar definitivamente a execução da empreitada à Sociedade de Construções José Coutinho, S.A., pelo valor de um milhão, cento e dez mil, quatrocentos e sete euros e setenta e oito cêntimos, acrescido de IVA, com um prazo de execução de cento e oitenta dias. Mais se deliberou aprovar a minuta.-----

= OBRAS MUNICIPAIS - CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE EXECUÇÃO DA ESTAÇÃO CENTRAL DE CAMIONAGEM DE ALBUFEIRA - ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO =

Relativamente a este concurso, foi novamente apresentado o processo, instruído com uma informação subscrita pela Chefe da Secção de Apoio a Fornecimentos e Obras Municipais, do seguinte teor: -----

"Na sequência da realização do Concurso Público referido em título, por deliberação camarária adoptada em reunião de 04/01/2005 foi concedido aos concorrentes o prazo de 10 dias para se pronunciarem sobre a intenção de adjudicar a empreitada à empresa Condop, SA, pelo valor de 1.266.763,84 €, acrescido de IVA, com um prazo de execução de cinco meses. -----

Em cumprimento daquela deliberação, foi enviado a todos os concorrentes, em 05/01/2005, Fax's, comunicando o seu teor, sobre o qual não deu entrada nesta Secção qualquer reclamação. -----

Assim, estão reunidas as condições para adjudicação definitiva da empreitada de "Execução da Estação Central de Camionagem de Albufeira" à empresa Condop, SA, pelo valor de 1.266.763,84 € (um milhão duzentos sessenta e seis mil setecentos sessenta e três euros e oitenta e quatro cêntimos), a que deverá acrescer o IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de cinco meses, nas condições da sua proposta, do caderno de encargos e do projecto, elementos estes que deverão ficar a fazer parte integrante do contrato de empreitada a celebrar."-----

Do processo constava ainda a minuta do contrato de adjudicação, uma cópia da qual fica arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.-----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação, adjudicar definitivamente a execução da empreitada à empresa Condop, S.A., pelo valor de um milhão, duzentos e sessenta e seis mil, setecentos e sessenta e três euros e

oitenta e quatro cêntimos, acrescido de IVA, com um prazo de execução de cinco meses. Mais se deliberou aprovar a minuta.-----

= OBRAS MUNICIPAIS - CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE EXECUÇÃO DA PISTA DE ATLETISMO NO ESTÁDIO MUNICIPAL DE ALBUFEIRA - ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO =

Relativamente a este concurso, foi novamente apresentado o processo, instruído com uma informação subscrita pela Chefe da Secção de Apoio a Fornecimentos e Obras Municipais, do seguinte teor:-----

"Na sequência da realização do Concurso Público referido em título, por deliberação camarária adoptada em reunião de 04/01/2005 foi concedido aos concorrentes o prazo de 10 dias para se pronunciarem sobre a intenção de adjudicar a empreitada à empresa Tecnovia, SA, pelo valor de 455.311,12 €, acrescido de IVA, com um prazo de execução de três meses. -----

Em cumprimento daquela deliberação, foi enviado a todos os concorrentes, em 05/01/2005, Fax's, comunicando o seu teor, sobre o qual não deu entrada nesta Secção qualquer reclamação. -----

Assim, estão reunidas as condições para adjudicação definitiva da empreitada de "Execução da Pista de Atletismo no Estádio Municipal de Albufeira" à empresa Tecnovia, SA, pelo valor de 455.311,12 € (quatrocentos cinquenta e cinco mil trezentos e onze euros e doze cêntimos), a que deverá acrescer o IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de três meses, nas condições da sua proposta, do caderno de encargos e do projecto, elementos estes que deverão ficar a fazer parte integrante do contrato de empreitada a celebrar."-----

Do processo constava ainda a minuta do contrato de adjudicação, uma cópia da qual fica arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.-----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação, adjudicar definitivamente a execução da empreitada à empresa Tecnovia, S.A., pelo valor de quatrocentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e onze euros e doze cêntimos, acrescido de IVA, com um prazo de execução de três meses. Mais se deliberou aprovar a minuta. -----

= OBRAS MUNICIPAIS - CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE EXECUÇÃO DA ESCOLA E.B. 1 DOS BREJOS - CONSTRUÇÃO DE SALA DE PROFESSORES, BIBLIOTECA E SALA DE AULA - NOMEAÇÃO DOS ELEMENTOS COMPONENTES DAS COMISSÕES DE ABERTURA DO CONCURSO

E DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS =

Relacionada com este concurso e subscrita pelo Director do Departamento de Planeamento e Projectos, foi apresentada uma informação do seguinte teor: -----

"No seguimento da abertura do Concurso Público para a execução da empreitada supra referida, determinada por deliberação camarária adoptada em reunião de 11/01/2005, com vista ao cumprimento do estabelecido no D.L. 59/99, sugere-se a constituição das seguintes comissões: -----

Comissão de Abertura do Concurso: -----

Efectivos-----

1º - Dr. José Carlos Martins Rolo, Vice-Presidente da C.M., que presidirá; -----

2º - Maria Madalena Gonçalves Costa, Chefe de Secção, que secretariará; -----

3º - Engº Valdemar Cabrita, Técnico Superior de 2ª Classe -----

4º - Drª Cristiane Rodrigues, Técnica Superior de Direito -----

5º - Elsa Ventura, Técnica de Contabilidade -----

Suplentes:-----

1º - Eng.º Fernando Santos Pereira, Chefe da Divisão de Edifícios e Equipamentos, que substituirá o Sr. Vice-Presidente, Dr. José Carlos M. Rolo; -----

2º - Maria Almerinda Simões Grade, Chefe de Divisão, que substituirá Maria Madalena Gonçalves Costa-----

3º - Drª Alexandra Rocha, Técnica Superior de Direito, que substituirá a Drª Cristiane Rodrigues; -----

4º - Anabela Machado, Técnica de Contabilidade, que substituirá Elsa Ventura; -----

5º - Eng.º Zélio Neto, Técnico 1ª Classe, que substituirá o Engº Valdemar Cabrita -----

Comissão de Análise das Propostas: -----

Efectivos: -----

1º - Engº Fernando Santos Pereira, Chefe da Divisão de Edifícios e Equipamentos, que presidirá -----

2º - Engº Valdemar Cabrita, Técnico Superior de 2ª Classe -----

3º - Eng.º Mário Quintino, Técnico Especialista Principal, -----

Suplente:-----

1º - Engº Zélio Neto, Técnico 1ª Classe, que substituirá qualquer um dos elementos efectivos -----

Foi deliberado, por unanimidade, proceder à designação dos componentes das Comissões, nos termos sugeridos na informação. -----

= OBRAS MUNICIPAIS - CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA

**EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA NOVA ESCOLA E.B. 1 DAS FERREIRAS,
INCLUINDO ARRANJOS EXTERIORES - NOMEAÇÃO DOS ELEMENTOS
COMPONENTES DAS COMISSÕES DE ABERTURA DO CONCURSO E DE
ANÁLISE DAS PROPOSTAS =**

Relacionada com este concurso e subscrita pelo Director do Departamento de Planeamento e Projectos, foi apresentada uma informação do seguinte teor: -----

"No seguimento da abertura do Concurso Público para a execução da empreitada supra referida, determinada por deliberação camarária adoptada em reunião de 11/01/2005, com vista ao cumprimento do estabelecido no D.L. 59/99, sugere-se a constituição das seguintes comissões:-----

Comissão de Abertura do Concurso: -----

Efectivos -----

2º - Dr. José Carlos Martins Rolo, Vice-Presidente da C.M., que presidirá; -----

3º - Maria Madalena Gonçalves Costa, Chefe de Secção, que secretariará; -----

4º - Engº Valdemar Cabrita, Técnico Superior de 2ª Classe-----

5º - Drª Cristiane Rodrigues, Técnica Superior de Direito-----

6º - Anabela Machado, Técnica de Contabilidade -----

Suplentes: -----

1º - Eng.º Fernando Santos Pereira, Chefe da Divisão de Edifícios e Equipamentos, que substituirá o Sr.Vice-Presidente, Dr. José Carlos M. Rolo; -----

2º - Maria Almerinda Simões Grade, Chefe de Divisão, que substituirá Maria Madalena Gonçalves Costa -----

3º - Eng.º Zélio Neto, Técnico 1ª Classe, que substituirá o Engº Valdemar Cabrita-----

4º - Drª Alexandra Rocha, Técnica Superior de Direito, que substituirá a Drª Cristiane Rodrigues; -----

5º - Elsa Ventura, Técnica de Contabilidade , que substituirá Anabela Machado;-----

Comissão de Análise das Propostas:-----

Efectivos: -----

1º - Engº Fernando Santos Pereira, Chefe da Divisão de Edifícios e Equipamentos, que presidirá-----

2º - Engº Valdemar Cabrita, Técnico Superior de 2ª Classe-----

3º - Eng.º Zélio Neto, Técnico 1ª Classe -----

Suplente: -----

1º - Engº Mário Quintino, Técnico Especialista Principal, que substituirá qualquer um dos elementos efectivos-----

Foi deliberado, por unanimidade, proceder à designação dos componentes das Comissões, nos termos sugeridos na informação. -----

= OBRAS MUNICIPAIS - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO ESCOLAR - J.I E E.B. 1 - URBANIZAÇÃO DA QUINTA DA CORREEIRA, ALBUFEIRA - RECTIFICAÇÃO DE VALORES CONSTANTES NUM CONTRATO ADICIONAL - INFORMAÇÃO =

Relacionada com esta empreitada e com origem na Divisão de Edifícios e Equipamentos, foi apresentada uma informação do seguinte teor: -----

"Na execução da empreitada de construção do edifício escolar E.B.1 e J.I. Urbanização Quinta da Correeira, foi detectado que na relação de trabalhos a mais com preços unitários de contrato o valor soma total apresentado na informação é de 130.985,75€ e foi transcrito para o quadro resumo como 130.958,75€ . -----

Em quadro resumo corrigido, apresentamos separadamente, o valor dos trabalhos apresentados em reunião de Câmara de 16/11/2004: -----

QUADRO RESUMO 1º ADICIONAL		
a)	Valor do contrato de adjudicação.	1.166.996,57€
b)	Valor actual do contrato da empreitada.	1.166.996,57€
c)	Trabalhos a mais com novos preços unitários.	96.064,29€
d)	Trabalhos a mais com preços unitários de contrato.	130.985,75€
e)	Total de trabalhos a menos.	58.876,37€
f)	Total de trabalhos a mais (c+d).	227.050,04€
g)	Valor da compensação de trabalhos a mais por trabalhos a menos.	9.216,45€
h)	Trabalhos a menos a subtrair ao valor da empreitada (e-g).	49.659,92€
i)	Valor dos trabalhos a mais a adicionar ao valor da empreitada (f-g).	217.833,59€
j)	Ponderação conjunta dos totais de trabalhos a mais e a menos (f-e).	168.173,67€

QUADRO RESUMO ACTUAL (COM CORRECÇÃO)		
a)	Valor do contrato de adjudicação.	1.166.996,57€
b)	Trabalhos a mais com novos preços unitários.	128.878,31€
c)	Trabalhos a mais com preços unitários de contrato.	137.971,69€
d)	Total de trabalhos a menos.	58.876,37€

e)	Total de trabalhos a mais (b+c).	266.850,00€
f)	Valor da compensação de trabalhos a mais por trabalhos a menos.	9.216,45€
g)	Trabalhos a menos a subtrair ao valor da empreitada (d-f).	49.659,92€
h)	Valor dos trabalhos a mais a adicionar ao valor da empreitada (e-f).	257.633,55€
i)	Ponderação conjunta dos totais de trabalhos a mais e a menos (e-d).	207.973,63€

Do exposto resulta uma correcção por erro de transcrição, de 27,00€, a acrescentar ao valor actual do contrato adicional da empreitada, datado de 9 de Dezembro de dois mil e quatro, e que responde ao ponto 3º da informação solicitada pelo Tribunal de Contas, datada de 06 - Janeiro - 2005. -----

Da consideração dos valores expressos nos quadros resumo corrigido, chegamos a um valor acumulado de trabalhos a mais não compensados de 23%, do valor inicial de adjudicação subtraído dos trabalhos suprimidos. -----

Do exposto resulta um novo contrato de empreitada no valor de 1.374.970,20€." -----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação, determinar que, mediante aditamento a inserir no contrato celebrado, se rectifiquem os valores relativos a trabalhos a mais, quer totais quer não compensados, e, consequentemente, o valor final do contrato, nos termos da mesma informação. ----
Nesta altura dos trabalhos ausentou-se definitivamente da reunião o Senhor Vereador Vítor Clemente. -----

= OBRAS MUNICIPAIS - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA E.B. 1 DA AVENIDA DO TÊNIS - CONSTRUÇÃO DE POLIVALENTE, SALA DE PROFESSORES E SALA DE BIBLIOTECA - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO GRACIOSA DO PRAZO DE CONCLUSÃO DA OBRA =

De Construtora Barão, Limitada, empresa executora desta empreitada, foi apresentado um telefaxe, com data de vinte um de Janeiro do ano corrente, pelo qual solicita que lhe seja concedida uma prorrogação graciosa do prazo de conclusão da obra por sessenta dias. -----

Este telefaxe encontrava-se instruído com uma informação com origem na Divisão de Edifícios e Equipamentos, do seguinte teor: -----

"A obra em epígrafe foi adjudicada à Construtora Barão a 25/2/2004 pelo valor

contratual de 141.369,48 Euros, com prazo de execução contratual de 120 dias, deveria ter terminado a 28/10/2004. O empreiteiro solicitou anteriormente, uma prorrogação graciosa até ao dia 31/1/2005 (mais noventa e cinco dias), aprovada por deliberação de reunião de Câmara de 16/11/2004. -----

Foi recebido a 21/1/2005 na Divisão de Edifícios e Equipamentos, um novo pedido de prorrogação graciosa do prazo da obra (mais 60 dias), conforme fax que se anexa, e em que o empreiteiro justifica o seu pedido de prorrogação pelos condicionalismos de limitar os trabalhos de modo a não afectar ou pôr em perigo o normal desenrolar das aulas, o que de facto se verificou. -----

Tendo-se considerado aceitáveis as justificações apresentadas pelo empreiteiro, propomos a aprovação esta prorrogação, a título gracioso, ao abrigo dos n.º 2, e 3 do artigo 13 do Decreto Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro de 2004, ficando o prazo para conclusão da empreitada, previsto para 1 de Abril de 2005." -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, tendo em conta a informação, conceder nova prorrogação graciosa do prazo para conclusão da obra por sessenta dias, ou seja, até um de Abril de dois mil e cinco. -----

Não estava presente o Senhor Vereador Vítor Clemente. -----

**= OBRAS MUNICIPAIS - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA SALA DE
PROLONGAMENTO DO JARDIM DE INFÂNCIA DE VALE NAVIO - RECEPÇÃO
PROVISÓRIA =**

Relativamente a esta empreitada, executada pela empresa Marcel, Limitada, foi apresentado o auto de recepção provisória, elaborado em vinte de Dezembro de dois mil e quatro, pelo qual se constata que todos os trabalhos se encontram em satisfatório estado de conservação e execução, razão porque a obra é considerada em condições de ser recebida provisoriamente. -----

Foi tomado conhecimento. -----

Não estava presente o Senhor Vereador Vítor Clemente. -----

**= OBRAS MUNICIPAIS - EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA PISTA DE
CROSS DAS AÇOTEIAS - RECEPÇÃO PROVISÓRIA =**

Relativamente a esta empreitada, executada pela empresa Jardins e Piscinas, Limitada, foi apresentado o auto de recepção provisória, elaborado em onze de Janeiro de dois mil e cinco, pelo qual se constata que todos os trabalhos se encontram em satisfatório estado de conservação e execução, razão porque a obra é considerada em condições de ser recebida provisoriamente. -----

Foi tomado conhecimento. -----

Não estava presente o Senhor Vereador Vítor Clemente. -----

= PLANO DIRECTOR MUNICIPAL - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO ABRIGO DO REGIME SIMPLIFICADO, PREVISTO NO ARTIGO 97º DO DECRETO-LEI N.º 380/99, DE 22 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI N.º 310/2003, DE 10 DE DEZEMBRO - INFORMAÇÃO =

Relacionado com este assunto e com origem na Divisão de Planeamento, foi apresentada uma informação do seguinte teor: -----

"Por solicitação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, e tendo em vista viabilizar a instalação de uma Unidade de Cuidados de Saúde, sob a forma de um investimento privado, na Zona de Equipamentos Colectivos e Infra-estruturas de Apoio, designada na Carta de Ordenamento do Plano Director Municipal de Albufeira (Resolução de Conselho de Ministros n.º 43/95, de 4 de Maio) de "Estação Central de Camionagem", com área de cerca de 4 ha., localizada entre o Tomilhal e Vale Paraíso, na freguesia das Ferreiras, junto ao viaduto do desnivelamento entre a EN 125 e a EN 395, cumpre informar o seguinte: -----

- 1. O regulamento do Plano Director Municipal de Albufeira (PDM) prevê no seu artigo n.º 39.º que "As zonas propostas para a localização de equipamentos colectivos, constantes da carta de ordenamento e com a respectiva função especificada, serão preferencialmente objecto de plano de pormenor que compatibilize o programa do equipamento com a sua integração no tecido urbano, salvaguardando as respectivas condições de acessibilidade, estacionamento e relação formal com a envolvente"; -----*
- 2. Sendo que na carta de Ordenamento do PDM consta a menção "ECC - Estação Central de Camionagem" para a zona, supra descrita, a viabilização da presente pretensão torna necessário compatibilizar o uso designado na Carta de Ordenamento com o agora pretendido, através de uma alteração ao PDM; -----*
- 3. A proposta de alteração visa viabilizar o reforço de uma valência carenciada do concelho - os Serviços de Saúde, atente-se a estatística (Portugal: 32 médicos/1000 habitantes; Algarve 25 médicos/1000 habitantes; Albufeira 15 médicos/1000 habitantes; Fonte www.ine.pt) - reconhecida por todos, especialmente no período estival - em que os números citados se agravam expressivamente; -----*
- 4. Está prevista a execução de um novo troço de estrada de ligação entre o IC1 e a EN 395, cujo concurso de concepção já foi lançado pelo Instituto das Estradas de Portugal, que a breve prazo retirará àquela localização, prevista no PDM, o seu principal factor de atracção, uma vez que deixará de ser a principal entrada na cidade de Albufeira, a que acresce estar em processo de construção a Estação*

Central de Camionagem de Albufeira, nos Calços, que absorveu no seu programa as necessidades existentes a médio prazo; -----

- 5. Assim, a proposta de alteração vem corrigir um desajuste do PDM face à realidade presente, que já não prefere a construção da estação central de camionagem naquela localização; -----*
- 6. Considera-se, salvo melhor opinião, que o ajuste pretendido, pela sua pequena repercussão, ao nível do detalhe, e pela manutenção da natureza do espaço (dentro da mesma classe e qualidade urbanística), se enquadra no âmbito de uma alteração de natureza técnica, que deverá tramitar ao abrigo do regime simplificado, pois traduz um mero ajustamento do plano e como tal está em concordância com o previsto na alínea e) do artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro; -----*
- 7. Deverá ser comunicada à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e à Direcção-Geral dos Transportes Terrestres (DGT) a intenção de alteração do PDM, mencionando que a Câmara se compromete, consoante sejam identificadas as necessidades em revisão do PDM, a encontrar, em consenso com as mesmas, uma localização alternativa a consignar no Plano revisto; -----*
- 8. Deverá ser solicitado parecer à Administração Regional de Saúde (ARS), ainda que com carácter não vinculativo, quanto à adequação da área em questão para localização de equipamentos de saúde; -----*
- 9. A proposta de alteração consiste em: -----*
 - a) Substituir a designação "ECC", relativa a "Estação Central de Camionagem", na Carta de Ordenamento do Plano Director Municipal de Albufeira, relativa a esta localização, por "ECC/CS/EP", relativa a "Estação Central de Camionagem" ou "Centro de Saúde" ou "Equipamento Público", conforme a legenda; -----*
- 10. Da proposta devem constar ainda que: -----*
 - a) Não se altera o Regulamento do Plano; -----*
 - b) Não se altera a Carta de Condicionantes do Plano; -----*

CONCLUSÃO -----

Sugere-se que a digníssima Câmara delibere, nos termos desta informação, o seguinte: --

- 1. Iniciar o procedimento de alteração do Plano Director Municipal de Albufeira, cuja elaboração decorre pelo prazo de 90 dias, sujeita ao regime simplificado previsto no artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro; -----*
- 2. Determinar a publicação de avisos na 2.ª série do Diário da República, no boletim*

municipal, em dois jornais de expansão regional ou local e num jornal de expansão nacional, conforme previsto na alínea b) do n.º 3 do artigo 148.º e no n.º 2 do artigo 149.º, ambos do Decreto-Lei já citado no parágrafo anterior; -----

3. Oficiar, nos termos da presente informação, as Entidades mencionadas (CCDR, DGT e ARS);" -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, tendo em conta o teor da informação, com a qual a Câmara concorda, mandar proceder nos estritos termos nela sugeridos. -----

Não estava presente o Senhor Vereador Vítor Clemente. -----

= PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES =

Dos pareceres, autos e outros elementos referidos nas deliberações que seguem, relativas a processos de obras particulares, foram extraídas fotocópias pelo Departamento de Planeamento e Projectos e segundo o critério deste, que foram rubricadas pelos Senhores membros do Executivo e se destinam a arquivo na pasta de documentos respeitante à presente reunião. -----

As descrições dos pedidos que seguem, relacionadas com este tema, tiveram minutas elaboradas sob a exclusiva responsabilidade do mesmo departamento. -----

♦ Requerimento (s) n.º(s): 1753 de 19-03-2003, 19349 de 23-04-2004 e 36885 de 11-08-2004 -----

Processo n.º: **491** -----

Requerente: **Josefina Maria Sousa Vilarinho D. Fernandes e Outro** -----

Local da Obra: Brejos, Freguesia Albufeira -----

Assunto: Licença - Operação loteamento urbano -----

Foi, por unanimidade dos presentes, deferido, tendo em conta e nos termos do parecer técnico de vinte de Dezembro de dois mil e quatro e da informação de doze de Janeiro de dois mil e cinco. -----

Não estava presente o Senhor Vereador Vítor Clemente. -----

♦ Requerimento (s) n.º(s): 41457 de 15-09-2004 -----

Processo n.º: **384/2002** -----

Requerente: **Luís Manuel Domingos Carruna** -----

Local da Obra: Vale Navio, Freguesia Olhos de Água -----

Assunto: Informação prévia - Construção de uma moradia -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, informar o requerente de que, face ao parecer jurídico de vinte e sete de Outubro de dois mil e quatro, e nos termos do mesmo, esta Câmara Municipal tem a intenção de indeferir o pedido. -----

Assim, para cumprimento do estabelecido nos artigos oitavo, centésimo e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, é concedido ao requerente o prazo de sessenta dias, para, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto. -----

Não estava presente o Senhor Vereador Vítor Clemente. -----

♦ Requerimento (s) n.º(s): 7785 de 17-12-2002 -----

Processo n.º: **740/1984** -----

Requerente: **António Augusto Guerreiro** -----

Local da Obra: Rua S. Gonçalo Guerreiro, n.º 16, Freguesia Albufeira -----

Assunto: Licença - Alteração de um estabelecimento de "Restauração - Snack-Bar" para "Estabelecimento de Bebidas - Pastelaria" - SOTAVENTO -----

Aprovação de projecto de arquitectura -----

Foi, por unanimidade dos presentes, indeferido com os fundamentos constantes da deliberação de vinte e sete de Julho de dois mil e quatro. -----

Não estava presente o Senhor Vereador Vítor Clemente. -----

♦ Requerimento (s) n.º(s): 17043 de 12-04-2004 -----

Processo n.º: **414/1999** -----

Requerente: **Viduarte Comércio de Construção Civil, Lda** -----

Local da Obra: Lagoas, Freguesia Ferreiras -----

Assunto: Licença - Ampliação de um edifício de habitação -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, transmitir o parecer técnico de vinte e dois de Dezembro de dois mil e quatro. -----

Não estava presente o Senhor Vereador Vítor Clemente. -----

♦ Requerimento(s) n.º(s): 2993 de 19-01-2005 -----

Processo n.º: **540/78** -----

Requerente: **LTI - Alfamar Beach & Sport Resort** -----

Local da Obra: Praia da Falésia, freguesia de Olhos de Água -----

Assunto: Actualização do valor da caução -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aceitar a garantia bancária apresentada bem como o valor da mesma, em satisfação da actualização da caução relativa à garantia de execução das infraestruturas. -----

Não estava presente o Senhor Vereador Vítor Clemente. -----

♦ Requerimento(s) n.º(s): 8740 de 19-11-2003 e 1436 de 11-01-2005 -----

Processo n.º: **514/2003** -----

Requerente: **Ana Luísa Gregório Nunes** -----

Local da Obra: Matos de Baixo, freguesia de Paderne -----

Assunto: Licença - Construção de moradia, piscina e muro de vedação-----

Apreciação de licenciamento -----

Foi, por unanimidade dos presentes, deferido o pedido de licença tal como é requerido, devendo o exterior ser pintado de branco e nos termos da deliberação de seis de Julho de dois mil e quatro. -----

Não estava presente o Senhor Vereador Vítor Clemente. -----

♦ Informação Técnica nº 22 de 18-01-2005 -----

Processo n.º: 590/1978 -----

Requerente: **Hersal - Investimentos Turísticos, SA**-----

Local da Obra: Salgados, freguesia de Albufeira -----

Assunto: Informação técnica sobre o estado actual das infra-estruturas -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, transmitir a informação de vinte e oito de Outubro de dois mil e quatro a fim de a titular do loteamento efectuar os trabalhos apontados. -----

Não estava presente o Senhor Vereador Vítor Clemente. -----

♦ Requerimento(s) n.º(s): 49877 de 04-11-2004 -----

Processo n.º: 452/2002 -----

Requerente: **Aurélio Ramos Rodrigues**-----

Local da Obra: Montinho, freguesia de Paderne -----

Assunto: Pedido de isenção de taxa de infra-estruturas-----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, informar o requerente de que, face ao parecer jurídico de quatro de Novembro de dois mil e quatro, e nos termos do mesmo, esta Câmara Municipal tem a intenção de indeferir o pedido. Assim, para cumprimento do estabelecido nos artigos oitavo, centésimo e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, é concedido ao requerente o prazo de sessenta dias, para, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto. -----

Não estava presente o Senhor Vereador Vítor Clemente. -----

♦ Requerimento(s) n.º(s): 13989 de 22-03-2004 e 1522 de 11-01-2005 -----

Processo n.º: 550/2001 -----

Requerente: **Gemnia, Gestão de Engenharia e Imobiliária, Lda.**-----

Local da Obra: Torre da Medronheira, freguesia de Olhos de Água-----

Assunto: Licença - Alteração de um edifício de habitação e construção de uma piscina -

Apreciação de Licenciamento -----

Foi, por unanimidade dos presentes, deferido o pedido de licença tal como é requerido, devendo o exterior ser pintado de branco. -----

Não estava presente o Senhor Vereador Vítor Clemente. -----

♦ Requerimento(s) n.º(s): 400 de 03-01-2005 -----

Processo n.º: **131/2003** -----

Requerente: **Mário José Guerreiro Cabrita** -----

Local da Obra: Rua Latino Coelho, freguesia de Albufeira -----

Assunto: Pedido de prorrogação do prazo concedido em reunião de câmara de 09-03-2004, por mais 30 dias -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, deferir a prorrogação do prazo nos termos requeridos. -----

Não estava presente o Senhor Vereador Vítor Clemente. -----

♦ Requerimento(s) n.º(s): 841 de 06-01-2005 -----

Processo n.º: **200/2002** -----

Requerente: **José da Costa Pereira** -----

Local da Obra: Vale Parra, freguesia da Guia -----

Assunto: Pedido de emissão do alvará de licença sujeito a prestação de garantia bancária -----

Foi, por unanimidade dos presentes, deferido nos termos e tendo em conta a informação de onze de Janeiro de dois mil e cinco. -----

Não estavam presentes os Senhores Vereadores Vítor Clemente e Ana Vidigal. -----

♦ Requerimento(s) n.º(s): 3974 de 24-06-2003 -----

Processo n.º: **69/2003** -----

Requerente: **Carlos Fanqueiro Unipessoal, Lda.** -----

Local da Obra: Sesmarias, freguesia de Albufeira -----

Assunto: Licença - Construção de edifício de habitação multifamiliar e comércio -----

Apreciação de licenciamento -----

Foi, por unanimidade dos presentes, deferido o pedido de licença tal como é requerido, devendo o exterior ser pintado de branco. -----

A presente deliberação integra a reapreciação do projecto de arquitectura. -----

Não estavam presentes os Senhores Vereadores Vítor Clemente e Ana Vidigal. -----

♦ Requerimento(s) n.º(s): 9721 de 22-12-2003 e 37787 de 18-08-2004 -----

Processo n.º: **Lotº 106** -----

Requerente: **Hélder Guerreiro Martins** -----

Local da Obra: Sesmarias, freguesia de Albufeira -----

Assunto: Licença - Alteração de loteamento urbano -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, determinar a abertura de

procedimento de discussão pública, por um período de quinze dias nos termos do parecer técnico vinte e um de Janeiro de dois mil e cinco. -----

Não estavam presentes os Senhores Vereadores Vítor Clemente e Ana Vidigal. ----

♦ Requerimento(s) n.º(s): 44473 de 30-09-2004-----

Processo n.º: 07/2004/44473 -----

Requerente: **Ofélia Campos** -----

Local da Obra: Aroal - Malhão, freguesia de Paderne -----

Assunto: Pedido de emissão de certidão de compropriedade -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, certificar conforme o solicitado. ---

Não estavam presentes os Senhores Vereadores Vítor Clemente e Ana Vidigal. ----

= ASSUNTOS RECONHECIDOS COMO URGENTES =

Tendo-se concluído a apreciação dos assuntos constantes na ordem do dia, o Senhor Vice-Presidente submeteu à apreciação da Câmara o reconhecimento da urgência na apreciação e deliberação sobre os três assuntos a seguir descritos, pelas razões que explicitou e que se prendem com as datas previstas para produção de efeitos das deliberações, que são anteriores à da próxima reunião ordinária do Executivo. -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, ao abrigo do estabelecido no artigo octogésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, reconhecer a urgência. -----

Não estava presente o Senhor Vereador Vítor Clemente. -----

= 28º CROSS "AMENDOEIRAS EM FLÔR" - APOIO À ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DO ALGARVE NA REALIZAÇÃO DO EVENTO - PROPOSTA =

Subscrita pelo Senhor Vice-Presidente foi apresentada uma proposta do seguinte teor:

"A Câmara Municipal de Albufeira pretende conjuntamente com a Associação de Atletismo do Algarve, realizar a prova em epígrafe, no dia 30 de Janeiro de 2005, na pista de cross das Açoteias. -----

Considerando que:-----

- O evento já foi, em tempos, um marco importante no calendário desportivo do concelho, sendo o cross considerado uma das provas de atletismo mais importante do panorama nacional e internacional, realizadas no país; -----*
- É importante para o concelho a reactivação do evento em causa, dada a projecção que o mesmo irá ter na comunicação social, contribuindo para a promoção do nome de Albufeira, quer a nível nacional, quer a nível internacional, como no passado; -----*
- Conjuntamente com o cross em causa, vão-se realizar outras provas que irão abranger outro nível de atletas, contribuindo para uma grande jornada de atletismo*

no concelho;-----

- *O Evento encontra-se a coberto do estipulado na alínea b) do nº 4, do artº 64º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro. -----*

Proponho que: -----

A digníssima Câmara delibere apoiar o evento através do seguinte:-----

- *Tendas para vestiário, serviço de catering, tribuna vip e gabinete de imprensa (€ 4525,00 + IVA); -----*
- *Identificação das tendas (€ 1 800,00 + IVA); -----*
- *Recursos humanos de apoio ao evento;-----*
- *Oferta de 6 trofeus; -----*
- *Oferta de brindes aos atletas."-----*

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a proposta. -----

Não estava presente o Senhor Vereador Vítor Clemente. -----

= CORTA-MATO REGIONAL DO DESPORTO ESCOLAR - APOIO À DIRECÇÃO REGIONAL DO ALGARVE NA REALIZAÇÃO DO EVENTO - PROPOSTA =

Subscrita pelo Senhor Presidente foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Através de documento anexo, vem a Direcção Regional do Algarve, solicitar apoio para a realização do evento em epígrafe, a ter lugar no próximo dia 29 de Janeiro do corrente ano, na Pista de Cross das Açoteias. -----

Considerando que: -----

- 1. O evento contribui para a promoção desta modalidade desportiva no concelho de Albufeira;-----*
- 2. O evento contribui para o reforço das actividades económicas no concelho, nesta altura do ano; -----*
- 3. O evento se encontra a coberto do estipulado na alínea b), do nº 4, do artº 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. -----*

Propõe-se que: -----

A digníssima Câmara delibere apoiar o evento através do seguinte:-----

- *Autorização da utilização da Pista na data pretendida;-----*
- *Cedência de baias, podium, caixotes de lixo, 4 mesas e 2 cadeiras; -----*
- *Fornecimento de electricidade; -----*
- *Cedência de barraca em madeira; -----*
- *Disponibilização de local para estacionamento de autocarros; -----*
- *Divulgação do evento através de 2 faixas, ao abrigo do concurso para produção de faixas; -----*

- *Divulgação do evento através de 5000 folhetos.*-----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a proposta. -----

Não estava presente o Senhor Vereador Vítor Clemente. -----

**= PEDIDOS DE TRANSPORTE - DISPONIBILIZAÇÃO DO TRANSPORTE
SOLICITADO PELO IMORTAL DESPORTIVO CLUBE =**

Do Imortal Desportivo Clube foi apresentado um telefaxe, datado de vinte e seis de Janeiro do ano corrente, pelo qual solicita a disponibilização de transporte, para deslocação de quinze pessoas a Quarteira, no dia vinte e sete de Janeiro, para participação na Final do Campeonato Regional de Basquetebol. -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, disponibilizar o transporte solicitado. -----

Não estava presente o Senhor Vereador Vítor Clemente. -----

= APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA =

Considerando estarem minutadas todas as deliberações da presente reunião, propôs o Senhor Vice-Presidente que, ao abrigo do disposto no número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, a Câmara viabilizasse a possibilidade de aprovação da acta em minuta.-----

Tendo sido deliberado, por unanimidade dos presentes, viabilizar tal possibilidade, foi aprovada a minuta, também por unanimidade dos presentes. -----

Não estava presente o Senhor Vereador Vítor Clemente. -----

= DELIBERAÇÕES - FORMA DE VOTAÇÃO =

Todas as deliberações foram tomadas segundo a forma de votação nominal. -----

= ENCERRAMENTO =

E tendo sido considerados findos os trabalhos, pelas dezoito horas e quinze minutos, foi a reunião encerrada, lavrando-se para constar a presente acta, que vai ser assinada pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, António João dos Reis Peixinho, Director de Departamento Municipal do Departamento de Administração e Finanças, que secretariei.-----
